



São Paulo, 26 de março de 2010

Prezados Srs. Acionistas do Banco Daycoval S/A

Para efeito da Assembleia Geral Ordinária de 2010, apresentamos a V.Sas. as seguintes informações adicionais, nos termos das Instruções 480 e 481, de 07 e 17 de dezembro de 2009 da Comissão de Valores Mobiliários (“**Instrução CVM 480**” e “**Instrução CVM 481**”, respectivamente):

- Comentário dos administradores sobre a situação financeira do Banco Daycoval, nos termos do item 10 do Formulário de Referência - Anexo 24 da Instrução CVM 480/09;
- Informações adicionais à proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2009, deliberada em reunião do Conselho de Administração realizada em 10/02/2010, nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481;
- Resumo do Relatório/Parecer do Comitê de Auditoria referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2009.

Ainda com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2009, informamos que:

- O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas, dos pareceres sem ressalva dos Auditores independentes e do Comitê de Auditoria e a ata da reunião do Conselho de Administração contendo a proposta de destinação do lucro líquido, foram publicados na edição de 11/02/2010 dos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo; e
- As Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer sem ressalvas dos auditores independentes e a ata da reunião do Conselho de Administração contendo a proposta de destinação do lucro líquido, foram disponibilizadas em 10/02/2010 por meio do sistema eletrônico na página da CVM na rede mundial de computadores, assim como no site do Banco Daycoval – Relações com Investidores.

Atenciosamente,

Sasson Dayan

Presidente do Conselho de Administração



COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
Exercício findo em 31.12.2009
Em conformidade com o Item 10,
Anexo 24 da Instrução CVM 480/09 e
com o Art.9º, inciso III, da Instrução CVM
481/09.

Formulário de Referência – Item 10 – Comentários da Diretoria

(Valores consolidados em milhões de R\$, exceto quando de outra forma indicados)

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

10.1.a - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As atuais condições financeiras e patrimoniais gerais são consideradas adequadas para assegurar a continuidade da implementação da estratégia de negócios do Banco Daycoval (“Banco” ou “Daycoval”) nos diversos segmentos em que atua. Seguem os comentários sobre os três últimos exercícios sociais:

2007

O ano de 2007 iniciou-se de forma extremamente positiva e encerrou com um cenário de forte volatilidade nos mercados financeiros. Até o final do primeiro trimestre 2007, as expectativas em relação ao cenário macroeconômico mantiveram-se extremamente favoráveis. No período subsequente, as preocupações por conta do segmento imobiliário de baixa renda nos EUA (*subprime*) se acentuaram, pois a capacidade de financiamentos deste tipo de crédito encontrava-se próxima do limite. Além disso, as altas nos índices de inflação norte-americanos e no preço do petróleo afetaram as expectativas com o desempenho econômico mundial no decorrer do ano. Durante o terceiro trimestre, em decorrência do aumento da crise do *subprime*, os mercados registraram alta volatilidade devido às incertezas acerca da magnitude da mesma. No último trimestre de 2007, com o agravamento da crise do mercado imobiliário, a pressão inflacionária norte-americana e o aumento do preço do petróleo, a economia dos EUA, apesar de apresentar crescimento moderado no ano, iniciou um processo de desaceleração, provocando um aumento expressivo na volatilidade dos principais mercados. No cenário interno, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) manteve no primeiro semestre a trajetória de flexibilização da política monetária, porém, com o aumento da demanda interna (em especial por alimentos), a piora do cenário externo e o aumento do preço do petróleo, a trajetória de redução da taxa Selic foi interrompida. Em 2007, o IGP-M variou 7,0%, o IPCA apontou 4,46% e a taxa básica de juros fechou o ano em 11,25% a.a., 200 pontos base inferior ao fechamento de dezembro de 2006. Em resumo, apesar dos fatores externos negativos no segundo semestre do ano, a economia brasileira apresentou crescimento, registrando aumento estimado de 5,0% no Produto Interno Bruto, entrada recorde de capital estrangeiro no setor produtivo provocando apreciação cambial frente ao dólar norte-americano de 17% (PTAX de venda no fim do período) e superávit da balança comercial de mais de US\$ 40,0 bilhões em 2007.

A evolução das operações de crédito acompanhou o crescimento econômico observado, registrando aumento expressivo e expectativas que apontaram para continuidade deste processo para 2008. O volume de operações de crédito em 2007 totalizou R\$ 932,3 bilhões ou 27,3% superior a 2006.

O Daycoval encerrou 2007 com Ativos Totais de R\$ 6,6 bilhões e um Patrimônio Líquido de R\$ 1,5 bilhão. A Carteira de Crédito total fechou em R\$ 3,5 bilhões, 112,1% acima da apresentada em 2006, e o Banco registrou um Lucro Líquido de R\$ 231,0 milhões, excluindo as despesas do IPO no montante de R\$32,0 milhões, 171,4% superior ao verificado em 2006.

Durante o ano, também foram ampliadas nossas fontes de recursos, com destaque para as importantes captações com órgãos multilaterais, ligados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco Mundial, o que comprovou a credibilidade do Banco, inclusive no mercado internacional.



2008

Como resultado da deflagração da crise financeira ocorrida no final do ano de 2008, o mundo sofreu diversas mudanças no que tange às premissas de controle e às perspectivas de redução do crescimento da economia global. Devido aos sólidos fundamentos da economia brasileira e do momento em que a crise internacional foi deflagrada, o Brasil apresentou um crescimento no Produto Interno Bruto acumulado até o terceiro trimestre de 2008 de 6,4% e confirmou as expectativas do mercado, conseguindo registrar um crescimento do PIB acima de 5% no acumulado do ano de 2008. Em função do processo de desaceleração no nível de atividade, a inflação situou-se dentro da meta do Banco Central, porém acima do centro com o IPCA variando 5,9% no ano. O cenário de arrefecimento na atividade econômica possibilitou o Banco Central reiniciar o ciclo de política monetária expansionista. Pressionada pelo aumento da aversão ao risco, a taxa de câmbio sofreu depreciação de 30,5% (PTAX de venda no fim do período) frente ao dólar americano e fechou ano com uma taxa média de R\$ 2,31 versus R\$ 1,77 no final de 2007. A balança comercial manteve a trajetória de queda com redução de R\$ 40,0 bilhões para R\$ 24,7 bilhões no acumulado até dezembro/08. Diante de um crescimento relativamente forte do PIB, o nível de arrecadação do governo federal se manteve em patamares elevados, produzindo um superávit primário de R\$ 118,0 bilhões no acumulado até dezembro/08, versus R\$ 101,6 bilhões no mesmo período de 2007. O volume de crédito do sistema financeiro totalizou R\$ 1.227,0 bilhões em dezembro de 2008, uma expansão de 31,1% durante os últimos doze meses.

Dentro deste ambiente, o Daycoval adotou uma estratégia conservadora que gerou uma pausa na evolução da carteira de crédito, notadamente das operações de varejo, refletindo o comportamento da captação do Banco, a qual melhorou sensivelmente nos períodos subsequentes. Aliado a isso, novos esforços foram colocados em prática para a recuperação das garantias oferecidas e para a readequação da estrutura organizacional.

O Banco fechou o ano com uma situação confortável de caixa, o qual totalizava mais de R\$ 1,0 bilhão em dezembro de 2008, um patrimônio líquido de R\$ 1,6 bilhão e ativos totais da ordem de R\$ 6,8 bilhões. Destaca-se ainda o lucro líquido de R\$ 200,2 milhões de 2008, o qual gerou uma margem financeira líquida de 10,6%.

2009

Muito diferente do que previa a maioria das análises feitas no início de 2009, as economias mundial e brasileira encerraram o ano em condições mais positivas. Isto porque, no campo externo, foram tomadas diversas medidas pelas principais economias do mundo para superar o período de recessão, além do crescimento registrado em alguns países emergentes, como a China e a Índia. Já o Brasil conseguiu obter uma posição diferenciada, graças aos rápidos sinais de retorno da atividade econômica e a solidez alcançada, mesmo após o advento de uma das maiores crises que o mundo já vivenciou.

No entanto, vários desafios ainda se colocam no caminho para uma recuperação mais intensa no âmbito local. Entre eles, destacam-se as questões sobre a taxa de juros e a inflação. A adoção de políticas monetária e fiscal expansionistas para conter a crise estimulou o consumo e impulsionou a demanda agregada. Embora a inflação se encontre sob controle, a expectativa atual do mercado é de uma elevação dos juros para conter uma eventual alta nos preços. Entretanto, permanecem dúvidas sobre a dimensão deste aumento, ainda mais considerando o fato de 2010 ser um ano eleitoral.

Outro importante aspecto está relacionado à condução da política cambial, uma vez que o aumento dos investimentos estrangeiros diretos e indiretos no país, fez com que o Real se apreciasse frente ao dólar, dificultando as exportações e deixando o produto brasileiro em desvantagem perante a concorrência. Em linhas gerais, as perspectivas para 2010 apontam para um crescimento mundial moderado, com a presença de alguma volatilidade, devido às incertezas que ainda permanecem perante a economia de alguns países desenvolvidos. No Brasil, as estimativas são de uma elevação superior a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e de uma inflação dentro da meta de 4,5%. O volume de crédito do sistema financeiro totalizou R\$1.410,0 bilhões em dezembro, uma elevação de 15% se comparado ao ano de 2008.



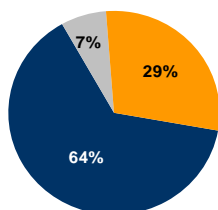
Com a melhora do cenário observada, sobretudo no segundo semestre, O Banco registrou uma expressiva evolução das condições de captação, e principalmente, da qualidade do nosso portfólio o que propiciou realizar relevantes reversões de provisões no último trimestre do ano. Além disso, buscou as melhores oportunidades para elevar as operações de crédito, encerrando o ano com um montante de R\$ 3,9 bilhões, mesmo patamar de 2008, apesar de ter sido verificada uma redução de 11,2% na primeira metade de 2009. Mesmo com um reduzido nível de alavancagem obteve em 2009 um lucro líquido de R\$ 211,1 milhões, um retorno sobre o patrimônio líquido médio de 12,9% e um índice de eficiência de 22,5%.

10.1.b - Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Composição do patrimônio líquido:

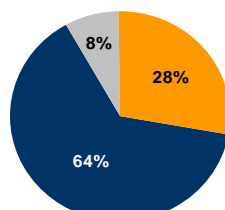
	2007	2008	2009
Capital social	1.359,1	1.359,1	1.359,1
Reservas de capital	0,1	0,2	0,2
Reservas de reavaliação	2,1	2,0	1,6
Reservas de lucros	160,8	267,7	345,9
Ajustes de avaliação patrimonial – títulos e valores mobiliários	(4,6)	(4,9)	0,4
Ações em tesouraria	-	(16,9)	(14,5)
Total do patrimônio líquido	1.517,5	1.607,2	1.692,7

2007
 Total de Ações ON: 142.418.179
 Total de Ações PN: 80.215.333
 Ações PN: 80.215.333
 Ações PN em Tesouraria: -
 Total de Ações ON + PN: 222.633.512



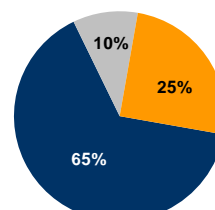
■ Daycoval Holding Financeira S/A
 ■ Acionistas Família Controladora
 ■ Free Float

2008
 Total de Ações ON: 142.418.179
 Total de Ações PN: 80.215.333
 Ações PN: 77.599.933
 Ações PN em Tesouraria: 2.615.400
 Total de Ações ON + PN: 222.633.512



■ Daycoval Holding Financeira S/A
 ■ Acionistas Família Controladora + Tesouraria
 ■ Free Float

2009
 Total de Ações ON: 142.418.179
 Total de Ações PN: 73.906.333
 Ações PN: 72.349.033
 Ações PN em Tesouraria: 1.557.300
 Total de Ações ON + PN: 216.324.512



■ Daycoval Holding Financeira S/A
 ■ Acionistas Família Controladora + Tesouraria
 ■ Free Float

Plano de recompra de ações

2008

Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 4 de abril de 2008 e aviso ao mercado publicado nos dias 5 e 7 de abril de 2008, foi deliberado e aprovado o Plano de Recompra de Ações de emissão própria, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social e com a utilização de reservas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com a Instrução CVM nº 10/80 e Estatuto Social do Banco. O objetivo do plano foi o de recomprar ações em circulação, para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou cancelamento, em até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 6.426.316 (seis milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e trezentas e dezesseis) ações preferenciais, sendo que o prazo deste plano vigorou até 3 de abril de 2009.



2009

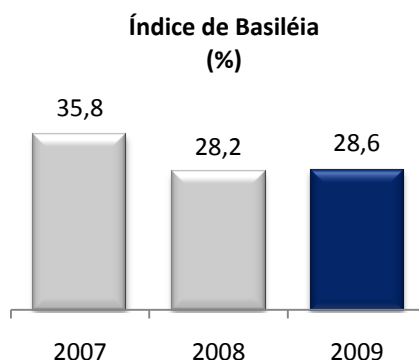
Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 3 de abril de 2009, foi deliberada e aprovada a renovação do Plano de Recompra de Ações iniciado em 2008 com os mesmos objetivos descritos anteriormente e com prazo de vigência até 6 de outubro de 2009. E em 2 de outubro de 2009, o BACEN homologou o ato societário do Banco, representado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2009, que deliberou e aprovou o cancelamento de 6.309.000 (seis milhões trezentas e nove mil) ações preferenciais nominativas que se encontravam em tesouraria, sem redução do valor do capital social.

Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 7 de outubro de 2009, foi deliberado e aprovado um novo Plano de Recompra de Ações de emissão própria, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social e com a utilização de reservas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com a Instrução CVM nº 10/80 e Estatuto Social do Banco. O objetivo do plano é o de recomprar as ações em circulação, para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou cancelamento, até 2,8% das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 1.557.392 (um milhão, quinhentas e cinquenta e sete mil e trezentas e noventa e duas) ações preferenciais, sendo o prazo de vigência até 6 de outubro de 2010.

Índice de Basileia

Os Comunicados 12.746/04 e 16.137/07 editados pelo BACEN tratam das diretrizes e cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia II), que estabelece critérios mais adequados para alocação de capital regulamentar, com base nos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras. Em 29 de agosto de 2007, o BACEN divulgou a Resolução nº 3.490 dispondo sobre os novos critérios para apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), cujos dispositivos entraram em vigor em 01 de julho de 2008.

Conforme os novos critérios estabelecidos, em 31 de dezembro de 2009, o Índice de Basileia II, calculado com base na abordagem padronizada, foi de 28,6% (28,2% em 2008 e 35,8% em 2007), mantendo, dessa forma, a compatibilidade do capital com a estrutura de ativos do Banco.



Quanto à possibilidade de resgate de ações, informamos que as ações emitidas pelo Daycoval não possuem cláusulas de resgate.



10.1.c - Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Daycoval apresenta plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros assumidos. Com um modelo de negócio que prioriza a preservação de recursos em caixa e a adequação entre seus ativos e passivos, o Banco busca sempre minimizar a exposição a eventuais descasamentos entre taxas e prazos obtidos em suas operações, em consonância com as estratégias estabelecidas na Política de Risco de Liquidez, como pode ser verificado no quadro abaixo:

	2007	2008	2009
Ativos Líquidos (R\$ MM) ⁽¹⁾	1.250,6	1.252,7	1.789,3
Captação Total (R\$ MM) ⁽²⁾	2.977,3	3.272,9	3.508,8
Carteira de Crédito Total (R\$ MM)	3.476,0	3.705,5	3.814,9
Prazo Médio Captação (dias)	264	428	516
Prazo Médio Carteira de Crédito (dias)	332	406	404

⁽¹⁾ Compõem os ativos líquidos: disponibilidades; aplicações interfinanceiras de liquidez; títulos e valores mobiliários; derivativos; e relações interfinanceiras.

⁽²⁾ Compõem a captação total: depósitos; emissões externas; e obrigações por empréstimos e repasses.

O Daycoval possuía, no final de dezembro de 2009, um montante de ativos líquidos de R\$ 1.789,3 milhões, sendo que deste total, 66,9% são aplicações interfinanceiras de liquidez, importante instrumento para fazer frente a momentos de volatilidade. Neste sentido, merece destaque também o histórico de relacionamento que o Daycoval construiu com diversas instituições financeiras, o que permite a diversificação das fontes de captação e conseqüentemente a mitigação dos riscos.

10.1.d - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O Banco prioriza a diversificação de suas fontes de captação, visando assegurar a adequação da captação com o perfil da carteira de crédito, com o objetivo de evitar descasamentos de prazos e taxas de juros e de garantir liquidez para usufruir das oportunidades de crescimento. A principal fonte de captação do Banco, nos três últimos exercícios, foram os depósitos a prazo. Cabe destacar que em 2007 o Banco captou R\$ 936,4 milhões via oferta inicial de ações (IPO) no Nível 1 da Bolsa de Valores de São Paulo (atual BM&FBOVESPA).

O Banco utiliza-se, também, de captação de recursos no exterior, tanto através de linha de bancos estrangeiros para financiar as operações de exportação e importação de clientes, como através de emissão de Eurobonds e de empréstimo sindicalizado pelo *Internacional Finance Corporation – IFC* e *Inter American Investment Corporation – IIC* e, ainda, conta com linha denominada *Export Credit Guarantee Program (GSM-102)* coberta pelo *United States Department of Agriculture (USDA)*.

Em 2008 o Daycoval tornou-se agente repassador de recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Segue abaixo detalhamento das principais fontes de captação do Banco (não consolidado):

Captação (Funding) (R\$ MM)	2007	2008	2009
Depósitos Totais	2.331,9	1.757,0	2.381,8
Depósitos à Vista + Outros Depósitos	190,7	114,0	124,7
Depósitos a Prazo	1.908,1	1.179,4	2.122,5
Depósitos Interfinanceiros	233,1	463,6	134,6
Emissões Externas	214,6	785,5	373,4
Obrigações por Empréstimos e Repasses	430,8	730,4	753,6
Total	2.977,3	3.272,9	3.508,8



Acordo de Investimento e emissão de bônus de subscrição de ações:

O Banco firmou Acordo de Investimento (“acordo” ou “operação”) com investidores institucionais captando aproximadamente R\$410,0 milhões durante o trimestre findo em 31 de março de 2009. Os participantes do acordo são: Cartesian Capital Group, Wolfensohn Capital Partners, International Finance Corporation (IFC) e os acionistas controladores. Os acionistas minoritários também puderam participar usufruindo das mesmas condições que os demais participantes.

Para o Banco, entre os principais objetivos do acordo destacaram-se os seguintes:

- a) Aumentar a liquidez e reforçar a estrutura de capital;
- b) Fortalecer a base de captação para possibilitar a expansão da carteira de crédito no segmento de “*middle market*”; e
- c) Diversificar as fontes de captação e estender o prazo médio.

A operação possui uma estrutura pioneira, pois consiste numa oferta privada de bônus de subscrição de ações ordinárias e de ações preferenciais. Apenas a forma que previa que o subscritor do bônus optasse pela subscrição das ações em momento posterior foi exercida.

Nesta opção, os subscritores efetuaram aplicação em Certificado de Depósito Bancário (CDB) de emissão do Banco, com as seguintes características:

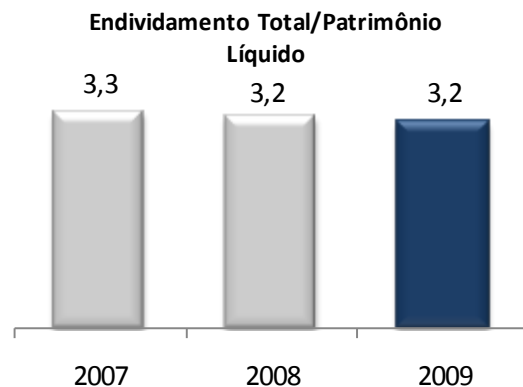
- a) Rendimento médio de 99% da Taxa DI-CETIP Over, sendo de 110% da Taxa DI-CETIP Over, no período compreendido entre a data da efetiva aplicação dos recursos e 31 de março de 2013 e, a partir de 31 de março de 2013 até 31 de março de 2014, rendimento de 55% da Taxa DI-CETIP Over, calculada e divulgada pela Cetip; e
- b) Poderá ser resgatado de forma antecipada, parcial ou integralmente, pelo detentor do Bônus, exclusivamente para subscrição das ações, em decorrência do exercício dos Bônus (o que será possível a partir de 31 de março de 2011) a um preço fixo de R\$7,75 por ação.

10.1.e - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes para cobertura de deficiências de liquidez

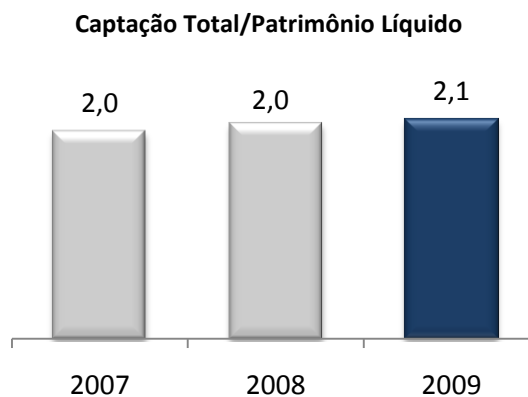
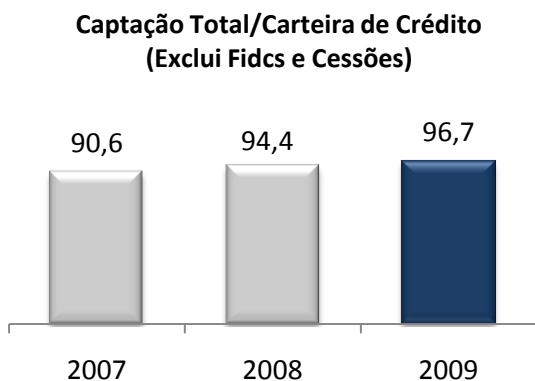
O Daycoval não apresenta deficiências de liquidez e, devido à baixa alavancagem e alto nível de liquidez existente, não vislumbramos eventual deficiência de liquidez para 2010. Contudo, adotamos Política de Risco de Liquidez que monitora o nível de liquidez, assim como realiza testes de estresse para avaliar a necessidade de possível acionamento do Plano de Contingência existente. Dentre as fontes em regime de contingência estão: (i) utilização do *funding* disponível, interno e /ou externo; (ii) Redução das operações de crédito e Cessão de Crédito.

10.1.f - Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O alinhamento e a adequação das fontes e prazos das operações de captação são de suma importância na visão estratégica do Daycoval, considerando as diferentes características das modalidades de operações de crédito realizadas. O nível de endividamento (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante dividido pelo Patrimônio Líquido) tem se situado em patamar muito baixo, correspondendo a pouco mais de 3 vezes o patrimônio líquido do Daycoval, como demonstrado no gráfico abaixo:



Outros métodos que o Banco também utiliza para verificação do nível de endividamento são a relação entre o montante de captação e a carteira de crédito e entre o montante da captação e o patrimônio líquido, conforme abaixo:



Como também apresentado no item 10.1.d, o Daycoval possui uma estrutura diversificada de *Funding*. Abaixo, relacionamos as principais características das fontes de captação:

- Depósitos

O quadro, a seguir, apresenta a segregação dos depósitos e o prazo médio dos mesmos:

Segregação dos depósitos (R\$ MM)	2007	2008	2009
Pessoas jurídicas + depósitos a vista	296,4	402,8	1.093,5
Fundações	227,7	151,8	281,4
Pessoas físicas	241,2	358,1	447,2
Instituições financeiras + depósitos interfinanceiros	47,9	471,9	141,9
Fundos de investimento	1.099,9	372,4	417,8
Total	1.908,1	1.757,0	2.381,8
Prazo médio (dias)	264	273	699

i – contratos de empréstimos e financiamentos relevantes,

- Emissões Externas / Obrigações / Empréstimos e Repasses

O Daycoval também utiliza fontes de *funding* advindas do mercado externo. Com um programa aberto de *Eurobonds* de US\$ 1,0 bilhão, o Banco vem realizando operações ao longo dos últimos anos, além de estruturar



novas captações com órgãos multilaterais. Abaixo, relacionamos as principais características das operações de *Eurobonds* e dos empréstimos e repasses em 31 de dezembro de 2009:

Data da Operação	Data do Vencimento	Prazo (anos)	Emissão	Tipo	Contraparte	Valor (US\$ MM)
Dezembro-07	Janeiro-13	5	Privada	Senior Debt	International Finance Corporation (IFC) Inter-American Investment Corporation	115,0
Setembro-07	Setembro-10	3	Privada	Senior Debt	(IIC)	52,5
Junho-08	Junho-10	2	Pública	MTN	Eurobonds	125,0
Julho-08	Julho-11	3	Pública	MTN	Eurobonds	100,0

Conforme divulgado ao mercado em 10 de março de 2010, foi captado o montante de US\$ 300,0 milhões, pelo prazo de cinco anos, através de uma nova *tranche* dentro do Programa de *Eurobonds* de US\$ 1,0 bilhão, acima mencionado. Os papéis estão listados na Bolsa de Valores da Irlanda, sob o formato de "Senior Unsecured Notes", e pagam juros semestrais.

Vale destacar, ainda, as operações no âmbito da linha externa aberta denominada *Export Credit Guarantee Program* (GSM-102) coberta pelo *United States Department of Agriculture* (USDA) no montante de US\$ 115,0 milhões já utilizados com vencimento de três anos e as operações de repasses do BNDES que somaram cerca de R\$ 100,0 milhões no final de 2009.

ii – outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii – grau de subordinação entre dívidas

Não aplicável.

iv – eventuais restrições, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

O Banco observa o cumprimento dos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento, denominados "*financial covenants*", atrelados aos contratos de empréstimos com o "*International Finance Corporation - IFC*" e com o "*Inter-American Investment Corporation - IIC*" que, caso não sejam cumpridos, podem acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Banco e estas instituições. Além dos compromissos financeiros descritos acima, algumas das outras obrigações contratuais que o Banco tem de cumprir indicam restrições impostas à alienação ou mudança do controle societário, cumprir com determinados índices financeiros de endividamento e rentabilidade nas suas operações, distribuição de lucros e dividendos e de alienação de ativos.

D 10.1.g - Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Com relação ao programa aberto de *Eurobonds* no total de US\$ 1,0 bilhão, em 31 de dezembro de 2009 haviam sido utilizados US\$ 225,0 milhões. Em março de 2010, em virtude de uma nova captação de US\$ 300,0 milhões, dentro do mesmo programa, o montante total utilizado passou a ser de US\$ 525,0 milhões.

Já os repasses do BNDES contavam com limite contratado e não utilizado de R\$ 130,0 milhões em dezembro de 2009.

D 10.1.h - Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Com o objetivo de facilitar a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, são apresentadas, a seguir, as alterações nos balanços patrimoniais dos exercícios de 2009, de 2008 e de 2007. Essas peças contábeis integram as demonstrações financeiras anuais padronizadas (DFP) dos referidos exercícios, e são acompanhadas pelo relatório da administração que estão disponíveis no endereço eletrônico de Relações com Investidores do Daycoval.



Os comentários sobre as variações significativas dos itens que integram as demonstrações financeiras consolidadas do Daycoval, foram efetuados considerando-se o balanço patrimonial de 2009 em comparação ao de 2008 e de 2008 em comparação ao de 2007.

Os comentários sobre as variações significativas dos itens que integram o resultado dos exercícios de 2009, de 2008 e de 2007 são comentados no item 10.2.a.

Comentários do exercício de 2009 em comparação com o exercício de 2008:

	2009	2008	Varição	%
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.050,0	6.817,9	232,1	3,4%
Disponibilidades	31,5	45,8	(14,3)	(31,2)%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.142,8	1.801,4	341,4	18,9%
Aplicações no mercado aberto	2.075,6	1.784,7	290,9	16,3%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	48,8	10,1	38,7	383,2%
Aplicações em moedas estrangeiras	18,4	6,6	11,8	178,8%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	854,2	966,5	(112,3)	(11,6)%
Carteira própria	552,2	246,4	305,8	124,1%
Vinculados a operações compromissadas	246,7	447,4	(200,7)	(44,9)%
Instrumentos financeiros derivativos	22,9	172,6	(149,7)	(86,7)%
Vinculados à prestação de garantias	32,4	100,1	(67,7)	(67,6)%
Relações interfinanceiras	16,1	12,9	3,2	24,8%
Créditos vinculados-				
Depósitos no Banco Central	2,0	2,9	(0,9)	(31,0)%
Correspondentes	14,1	10,0	4,1	41,0%
Operações de crédito	3.465,2	3.399,2	66,0	1,9%
Operações de crédito	3.677,4	3.576,9	100,5	2,8%
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	(212,2)	(177,7)	(34,5)	19,4%
Outros créditos	459,3	476,9	(17,6)	(3,7)%
Carteira de câmbio	100,5	205,7	(105,2)	(51,1)%
Rendas a receber	1,2	0,4	0,8	200,0%
Prêmios de Seguros a Receber	0,5	0,3	0,2	66,7%
Negociação e intermediação de valores	-	4,9	(4,9)	n.d.%
Outros créditos diversos	358,1	279,3	78,8	28,2%
(Provisão para outros créditos)	(1,0)	(13,7)	12,7	(92,7)%
Outros valores e bens	80,9	115,2	(34,3)	(29,8)%
Bens não de uso próprio	27,7	26,2	1,5	5,7%
(Provisão para perdas com BNDU)	(4,8)	(7,4)	2,6	(35,1)%
Despesas antecipadas	58,0	96,4	(38,4)	(39,8)%
PERMANENTE	10,8	13,1	(2,3)	(17,6)%
Investimentos	0,4	0,4	-	n.d.%
Outros investimentos	0,4	0,4	-	n.d.%
Imobilizado de uso	10,4	12,6	(2,2)	(17,5)%
Imóveis de uso	10,5	10,9	(0,4)	(3,7)%
(Depreciações acumuladas)	(5,6)	(5,2)	(0,4)	7,7%
Outras imobilizações de uso	10,5	10,7	(0,2)	(1,9)%
(Depreciações acumuladas)	(5,0)	(3,8)	(1,2)	31,6%
Intangível	-	0,1	(0,1)	n.d.%
Ativos intangíveis	0,3	0,3	-	n.d.%
(Amortizações acumuladas)	(0,3)	(0,2)	(0,1)	50,0%
TOTAL DO ATIVO	7.060,8	6.831,0	229,8	3,4%



Aplicações interfinanceiras de liquidez

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, ao aumento nas operações compromissadas com vencimento de 1 dia útil, utilizando-se como lastro destas operações parte da carteira própria de títulos e valores mobiliários que está destacada na rubrica de “Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos – vinculados a operações compromissadas”, e parte com carteira de terceiros, que pode ser verificado na rubrica de “Captações no mercado aberto – carteira de terceiros”.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, ao vencimento de operações de *swap* no mês de outubro de 2009, que foram contratadas com o objetivo de mitigar os riscos de variação cambial incidente sobre as captações registradas na rubrica de “Recursos de aceites cambiais”. Esta redução também está vinculada ao vencimento da captação em outubro de 2009 que montava US\$ 120,0 milhões de valor principal.

As variações da carteira de títulos e valores mobiliários referem-se a reclassificações das rubricas de “Vinculados a operações compromissadas” e “Vinculados à prestação de garantias” para a rubrica de “Carteira própria” em função da desvinculação destes títulos a estas operações. A carteira de títulos e valores mobiliários do Daycoval é composta, preponderantemente, por títulos públicos federais.

Operações de crédito

A carteira de operações de crédito do Daycoval apresentou variação discreta durante o exercício de 2009, em função dos seguintes principais aspectos: (i) redução de R\$ 683,6 milhões no saldo médio de empréstimos a clientes do *middle market*, e (ii) redução de R\$ 66,7 milhões no saldo médio de financiamento de veículos. O saldo médio total dos empréstimos consignados aumentou de R\$ 734,0 milhões em 2008 para R\$ 804,1 milhões em 2009. Esta variação durante o exercício de 2009, também reflete a decisão estratégica de reduzir o risco de crédito após o início da crise financeira global no quarto trimestre de 2008.

Outros créditos

As variações apresentadas neste item referem-se substancialmente à redução das operações de câmbio em função de decisão estratégica de redução de riscos de crédito e exposições à variação de moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, diante cenário de crise apresentado a partir do quarto trimestre de 2008.

Em relação à rubrica de “Outros créditos diversos”, as variações apresentadas referem-se substancialmente a: (i) aumento na constituição dos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 27,5 milhões; (ii) aumento no montante R\$ 11,9 milhões no saldo de depósitos judiciais para fazer frente aos questionamentos jurídicos impetrados pelo Daycoval; (iii) alienação a prazo de bens registrados anteriormente na rubrica de “Bens não de uso próprio” a terceiros no montante de R\$ 18,9 milhões; e (iv) aumento na rubrica de “Títulos e crédito a receber” no montante de R\$ 13,8 milhões. A rubrica de “Provisão para outros créditos” apresenta redução de R\$ 12,7 milhões em função do recebimento dos valores registrados na rubrica de “Títulos de crédito a receber”, no mesmo montante.

Outros valores e bens

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, a redução no montante de aproximadamente R\$ 38,4 milhões na rubrica de “Despesas antecipadas”, que são diferidas de acordo com prazo de vencimento dos contratos que as originaram.



	2009	2008	Varição	%
PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.362,5	5.215,8	146,7	2,8%
Depósitos	2.381,8	1.757,0	624,8	35,6%
Depósitos à vista	122,7	113,8	8,9	7,8%
Depósitos interfinanceiros	134,6	463,6	(329,0)	(71,0)%
Depósitos a prazo	2.122,5	1.179,4	943,1	80,0%
Outros depósitos	2,0	0,2	1,8	900,0%
Captações no mercado aberto	1.190,0	1.290,6	(100,6)	(7,8)%
Carteira própria	244,1	440,4	(196,3)	(44,6)%
Carteira de terceiros	945,9	850,2	95,7	11,3%
Recursos de aceites e emissão de títulos	373,5	785,5	(412,0)	(52,5)%
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	373,5	785,5	(412,0)	(52,5)%
Relações interfinanceiras	1,3	0,5	0,8	160,0%
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1,3	0,5	0,8	160,0%
Relações interdependências	1,0	2,7	(1,7)	(63,0)%
Recursos em trânsito de terceiros	1,0	2,7	(1,7)	(63,0)%
Obrigações por empréstimos e repasses	875,5	881,6	(6,1)	(0,7)%
Empréstimos no país	122,0	151,1	(29,1)	(19,3)%
Empréstimos no exterior	628,6	642,5	(13,9)	(2,2)%
Repasses do país	101,5	14,1	87,4	619,9%
Repasses do exterior	23,4	73,9	(50,5)	(68,3)%
Instrumentos financeiros derivativos	25,2	20,1	5,1	25,4%
Instrumentos financeiros derivativos	25,2	20,1	5,1	25,4%
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	5,7	2,5	3,2	128,0%
Outras obrigações	508,5	475,3	33,2	7,0%
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1,5	0,7	0,8	114,3%
Carteira de câmbio	8,7	58,9	(50,2)	(85,2)%
Sociais e estatutárias	25,7	29,9	(4,2)	(14,1)%
Fiscais e previdenciárias	404,7	335,4	69,3	20,7%
Negociação e intermediação de valores	0,3	15,6	(15,3)	(98,1)%
Outras obrigações diversas	67,6	34,8	32,8	94,3%
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	5,0	7,5	(2,5)	(33,3)%
Resultados de exercícios futuros	5,0	7,5	(2,5)	(33,3)%
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	0,5	0,5	-	n.d.%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.692,8	1.607,2	85,6	5,3%
Capital-				
De domiciliados no país	1.359,1	1.359,1	-	n.d.%
Ações em tesouraria	(14,5)	(16,9)	2,4	(14,2)%
Reservas de capital	0,2	0,2	-	n.d.%
Reservas de reavaliação	1,6	2,0	(0,4)	(20,0)%
Reservas de lucros	345,9	267,7	78,2	29,2%
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	0,5	(4,9)	5,4	(110,2)%
TOTAL DO PASSIVO	7.060,8	6.831,0	229,8	3,4%

Depósitos

A principal fonte de captação continua sendo os depósitos a prazo que representam 60,5% do total do *funding*, graças ao adequado custo e prazo deste instrumento, refletido pelo histórico de solidez e credibilidade que o Daycoval conquistou ao longo de sua história. Especialmente durante o quarto trimestre de 2009, o Banco também continuou optando por reduzir as captações interbancárias para priorizar as captações via depósitos de clientes pessoas física e jurídica, os quais possuem prazos mais alinhados com a nossa carteira de crédito.



O total de depósitos em 31 de dezembro de 2009 somou R\$ 2.381,8 milhões, motivado principalmente pela maior procura deste tipo de investimento por parte das administradoras de recursos. Desta forma, o Daycoval, optou por diminuir a exposição dos depósitos advindos de instituições financeiras.

Recursos de aceites e emissões de títulos

A variação apresentada neste item se dá, principalmente, pelo vencimento de uma *tranche* do programa de *Eurobonds* de US\$ 120,0 milhões em outubro de 2009. Esta operação não foi renovada, já que para a Administração as condições do mercado naquele momento não eram adequadas, muito embora existisse uma relevante oferta para este tipo de emissão. Outro fator que contribuiu para a redução do saldo de “Recursos de aceites e emissões de títulos”, foi a apreciação de 25,6% do real frente ao dólar norte-americano.

Obrigações por empréstimos e repasses

Apesar da variação deste item ter apresentado uma redução de 0,7%, ocorreram movimentações relevantes nas rubricas que o compõem, que podem ser avaliadas da seguinte forma: (i) a redução de R\$ 29,1 milhões na rubrica de “Empréstimos no país” refere-se ao encerramento das atividades do Daycoval FIDC, durante o terceiro trimestre de 2009; (ii) a redução de R\$ 13,9 milhões na rubrica de “Empréstimos no exterior” e de R\$50,5 milhões na rubrica de “Repasses do exterior, são motivadas pela liquidação na data de vencimentos destas operações ao longo do exercício de 2009 e também pela apreciação de 25,6% do real frente ao dólar norte-americano; e (iii) aumento de R\$ 87,4 milhões na rubrica de “Repasses do país” reflete a decisão da administração em aumentar o volume de operações atreladas aos recursos disponibilizados pelo BNDES.

Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização

A variação apresentada neste item reflete o aumento no volume de operações realizadas com o seguro DPVAT, pela controlada Dayprev.

Outras obrigações

As variações apresentadas neste item referem-se substancialmente a: (i) redução das operações de câmbio em função de decisão estratégica de redução de riscos de crédito e exposições à variação de moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, diante cenário de crise apresentado a partir do quarto trimestre de 2008; (ii) aumento de R\$ 69,3 milhões na rubrica “Fiscais e previdenciárias” é representado, substancialmente, pelo aumento no montante das provisões para obrigações legais; e (iii) aumento de R\$ 32,8 milhões na rubrica de “Outras obrigações diversas” em função de operações em processamento para repasse a outras instituições financeiras.

Comentários do exercício de 2008 em comparação com o exercício de 2007:

	2008	2007	Variação	%
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.817,9	6.543,7	274,2	4,2%
Disponibilidades	45,8	49,6	(3,8)	(7,7)%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.801,4	1.994,4	(193,0)	(9,7)%
Aplicações no mercado aberto	1.784,7	1.925,4	(140,7)	(7,3)%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10,1	56,6	(46,5)	(82,2)%
Aplicações em moedas estrangeiras	6,6	12,4	(5,8)	(46,8)%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	966,5	749,8	216,7	28,9%
Carteira própria	246,4	216,3	30,1	13,9%
Vinculados a operações compromissadas	447,4	438,9	8,5	1,9%
Instrumentos financeiros derivativos	172,6	21,8	150,8	691,7%
Vinculados à prestação de garantias	100,1	72,8	27,3	37,5%



	2008	2007	Varição	%
Relações interfinanceiras	12,9	73,8	(60,9)	(82,5)%
Créditos vinculados-				
Depósitos no Banco Central	2,9	67,4	(64,5)	(95,7)%
Correspondentes	10,0	6,4	3,6	56,3%
Operações de crédito	3.399,2	3.232,4	166,8	5,2%
Operações de crédito	3.576,9	3.310,2	266,7	8,1%
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	(177,7)	(77,8)	(99,9)	128,4%
Outros créditos	476,9	327,7	149,2	45,5%
Carteira de câmbio	205,7	205,3	0,4	0,2%
Rendas a receber	0,4	0,2	0,2	100,0%
Prêmios de Seguros a Receber	0,3	-	0,3	n.d.%
Negociação e intermediação de valores	4,9	3,9	1,0	25,6%
Outros créditos diversos	279,3	118,3	161,0	136,1%
(Provisão para outros créditos)	(13,7)	-	(13,7)	n.d.%
Outros valores e bens	115,2	116,0	(0,8)	(0,7)%
Bens não de uso próprio	26,2	4,4	21,8	495,5%
(Provisão para perdas com BNDU)	(7,4)	-	(7,4)	n.d.%
Despesas antecipadas	96,4	111,6	(15,2)	(13,6)%
PERMANENTE	13,1	13,0	0,1	0,8%
Investimentos	0,4	0,5	(0,1)	(20,0)%
Outros investimentos	0,4	0,5	(0,1)	(20,0)%
Imobilizado de uso	12,6	12,4	0,2	1,6%
Imóveis de uso	10,9	11,2	(0,3)	(2,7)%
(Depreciações acumuladas)	(5,2)	(4,8)	(0,4)	8,3%
Outras imobilizações de uso	10,7	8,8	1,9	21,6%
(Depreciações acumuladas)	(3,8)	(2,8)	(1,0)	35,7%
Intangível	0,1	0,1	-	n.d.%
Ativos intangíveis	0,3	0,4	(0,1)	(25,0)%
(Amortizações acumuladas)	(0,2)	(0,3)	0,1	(33,3)%
TOTAL DO ATIVO	6.831,0	6.556,7	274,3	4,2%

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, a novas operações de swap nos meses de junho e julho de 2008, que foram contratadas com o objetivo de mitigar os riscos de variação cambial incidente sobre as captações registradas na rubrica de "Recursos de aceites cambiais" nos montantes de R\$ 125,0 milhões e R\$ 100,0 milhões.

As variações da carteira de títulos e valores mobiliários referem-se a reclassificações das rubricas de "Vinculados a operações compromissadas" e "Vinculados à prestação de garantias" para a rubrica de "Carteira própria" em função da desvinculação destes títulos a estas operações. A carteira de títulos e valores mobiliários do Daycoval é composta, preponderantemente, por títulos públicos federais.

Operações de crédito

A variação de 5,2% apresentada na carteira de crédito entre os exercícios de 2008 e 2007, reflete nossa decisão estratégica de reduzir o risco de crédito após o início da crise financeira global no quarto trimestre de 2008.

Outros créditos

As variações apresentadas para este item referem-se substancialmente ao reconhecimento de créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 161,0 milhões.



	2008	2007	Varição	%
PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.215,8	5.027,3	188,5	3,7 %
Depósitos	1.757,0	2.331,9	(574,9)	(24,7)%
Depósitos à vista	113,8	190,7	(76,9)	(40,3)%
Depósitos interfinanceiros	463,6	233,1	230,5	98,9 %
Depósitos a prazo	1.179,4	1.908,1	(728,7)	(38,2)%
Outros depósitos	0,2	-	0,2	n.d.%
Captações no mercado aberto	1.290,6	1.514,4	(223,8)	(14,8)%
Carteira própria	440,4	432,2	8,2	1,9 %
Carteira de terceiros	850,2	1.082,2	(232,0)	(21,4)%
Recursos de aceites e emissão de títulos	785,5	214,6	570,9	266,0 %
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	785,5	214,6	570,9	266,0 %
Relações interfinanceiras	0,5	1,3	(0,8)	(61,5)%
Recebimentos e pagamentos a liquidar	0,5	1,3	(0,8)	(61,5)%
Relações interdependências	2,7	15,0	(12,3)	(82,0)%
Recursos em trânsito de terceiros	2,7	15,0	(12,3)	(82,0)%
Obrigações por empréstimos e repasses	881,6	565,1	316,5	56,0 %
Empréstimos no país	151,1	134,3	16,8	12,5 %
Empréstimos no exterior	642,5	430,8	211,7	49,1 %
Repasses do país	14,1	-	14,1	n.d.%
Repasses do exterior	73,9	-	73,9	n.d.%
Instrumentos financeiros derivativos	20,1	2,7	17,4	644,4 %
Instrumentos financeiros derivativos	20,1	2,7	17,4	644,4 %
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	2,5	-	2,5	n.d.%
Outras obrigações	475,3	382,3	93,0	24,3 %
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	0,7	0,7	-	n.d.%
Carteira de câmbio	58,9	68,5	(9,6)	(14,0)%
Sociais e estatutárias	29,9	46,1	(16,2)	(35,1)%
Fiscais e previdenciárias	335,4	235,2	100,2	42,6 %
Negociação e intermediação de valores	15,6	1,2	14,4	1.200,0 %
Outras obrigações diversas	34,8	30,5	4,3	14,1 %
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	7,5	11,4	(3,9)	(34,2)%
Resultados de exercícios futuros	7,5	11,4	(3,9)	(34,2)%
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	0,5	0,5	-	n.d.%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.607,2	1.517,5	89,7	5,9%
Capital-				
De domiciliados no país	1.359,1	1.359,1	-	n.d.%
Ações em tesouraria	(16,9)	-	(16,9)	n.d.%
Reservas de capital	0,2	0,1	0,1	100,0 %
Reservas de reavaliação	2,0	2,1	(0,1)	(4,7)%
Reservas de lucros	267,7	160,8	106,9	66,5 %
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4,9)	(4,6)	(0,3)	6,5 %
TOTAL DO PASSIVO	6.831,0	6.556,7	274,3	4,2%

Depósitos

O impacto gerado pela crise internacional foi sentido de forma mais intensa durante os últimos três meses de 2008, com destaque especial para o mês de outubro, no qual se verificou uma retração generalizada de transações bancárias e circulação de dinheiro no sistema financeiro, além da intensificação da ocorrência de saques por partes de clientes, em razão do aumento de aversão ao risco.

O *funding* continuou sendo o fator determinante das operações de crédito do Daycoval, prevalecendo o casamento entre ativos e passivos e a manutenção de uma posição de caixa elevada.



O total de depósitos em 31 de dezembro de 2008 somou R\$ 1.757,0 milhões, apresentando uma diminuição de 24,7% em relação a 31 de exercício de 2007. O índice de renovação desta modalidade também foi mais impactado durante o mês de outubro, devido ao efeito imediato da crise instalada, porém, a partir de novembro foi observada uma recuperação, a qual vem acontecendo gradativamente deste então, até os dias atuais.

Captações no mercado aberto

As variações neste item são reflexos da redução das operações de captação por meio de operações comprometidas, especialmente, as operações realizadas com carteira de terceiros ("posição financiada").

Recursos de aceites e emissão de títulos

Apesar dos efeitos da crise terem impactado a captação de recursos por meio de depósitos a prazo, o Daycoval realizou durante o exercício de 2008, duas emissões externas nos montantes de US\$ 125,0 milhões e de US\$ 100,0 milhões, contribuindo para o aumento significativo nesta rubrica no montante de R\$ 214,6 milhões.

Obrigações por empréstimos e repasses

As variações deste item ocorreram, substancialmente, devido ao aumento de R\$ 285,6 milhões nas operações de empréstimos e repasses com recursos do exterior.

Outras obrigações

As variações apresentadas neste item referem-se substancialmente a: (i) aumento de R\$ 27,6 milhões referente ao reconhecimento de impostos e contribuições diferidas, constituídos sobre diferenças temporárias; e (ii) aumento de R\$ 72,0 milhões representado pelo aumento no montante das provisões para obrigações legais.

10.2 - Os diretores devem comentar:

10.2.a - Resultados das operações do emissor

i – descrição de quaisquer componentes da receita, e

ii – fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A seguir, são tecidos comentários sobre os principais componentes e fatores que impactaram o resultado operacional do Daycoval, de forma comparativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

Demonstração do Resultado

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2008	% de total	2009	% de total	Varição (%)
	(em R\$ milhões, exceto porcentagens)				
Receitas da intermediação financeira	1.650,4	100,0 %	801,2	100,0 %	(51,5) %
Despesas da intermediação financeira	(1.181,7)	(71,6) %	(624,7)	(78,0) %	(47,1) %
Resultado bruto da intermediação financeira	468,7	28,4 %	176,5	22,0 %	(62,3) %
Outras receitas (despesas) operacionais	(192,0)	(11,6) %	120,5	15,1 %	n.d. %
Resultado operacional	276,7	16,8 %	297,0	37,1 %	7,3 %
Resultado não operacional	(14,9)	(0,9) %	(12,9)	(1,6) %	(13,4) %
Resultado antes da tributação sobre o lucro,					
imposto de renda e contribuição social	261,8	15,9 %	284,1	35,5 %	8,4 %
Imposto de renda e contribuição social	(99,5)	(6,0) %	(112,8)	(14,1) %	13,4 %
Ativo fiscal diferido	55,4	3,4 %	54,4	6,8 %	(1,8) %
Participações no resultado	(17,5)	(1,1) %	(14,6)	(1,8) %	(16,6) %
Lucro líquido	200,2	12,1 %	211,1	26,4 %	5,4 %



Cabe considerar que a diminuição de 62,3% no resultado bruto da intermediação financeira decorre da classificação das variações cambiais, incidentes sobre operações passivas, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais” nos montantes de R\$ 61,0 milhões e R\$ 326,6 milhões, respectivamente. Caso estes montantes fossem reclassificados para a rubrica de “Despesas da intermediação financeira”, a redução no resultado bruto da intermediação financeira em 2009, comparado a 2008, seria de 5,0%, ajustando para R\$ 529,7 milhões em 2008 e para R\$ 503,1 milhões em 2009 os respectivos resultados.

Receita da intermediação financeira

A receita da intermediação financeira recuou 51,5% – de R\$ 1.650,4 milhões em 2008 para R\$ 801,2 milhões em 2009. O quadro abaixo apresenta a composição das receitas da intermediação financeira nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2008	% de total	2009	% de total	Variação (%)
	(em R\$ milhões, exceto porcentagens)				
Operações de crédito	1.073,8	65,1 %	790,9	98,7%	(26,4) %
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	267,2	16,2 %	263,2	32,9%	(1,5) %
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	219,1	13,3 %	(252,9)	(31,6)%	n.d. %
Resultado de operações de câmbio	82,8	5,0 %	-	n.d%	n.d. %
Resultado das aplicações compulsórias	7,5	0,4 %	-	n.d%	n.d. %
Total	1.650,4	100,0 %	801,2	100,0%	(51,5) %

Operações de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição das receitas com operações de crédito nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2008	% de total	2009	% de total	Variação (%)
	(em R\$ milhões, exceto porcentagens)				
Empréstimos	736,8	68,6%	560,5	70,9%	(23,9)%
Títulos descontados.....	84,9	7,9%	62,2	7,8%	(26,7)%
Financiamento.....	231,3	21,5%	168,2	21,3%	(27,3)%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	20,8	2,0%	-	-	n.d.%
Total	1.073,8	100,0%	790,9	100,0%	(26,4)%

A receita com operações de crédito recuou 26,4% – de R\$ 1.073,8 milhões em 2008 para R\$ 790,9 milhões em 2009. Essa redução foi causada por uma queda de 16,2% no saldo médio da carteira de crédito, de R\$ 4.122,8 milhões em 2008 para R\$ 3.455,9 milhões em 2009. A redução do saldo médio da carteira de crédito foi devida principalmente à: (i) redução de R\$ 683,6 milhões no saldo médio de empréstimos a clientes do *middle market*, e (ii) redução de R\$ 66,7 milhões no saldo médio de financiamento de veículos. O saldo médio total dos empréstimos consignados aumentou de R\$ 734,0 milhões em 2008 para R\$ 804,1 milhões em 2009. A redução dos empréstimos a clientes do *middle market* e do financiamento de veículos reflete nossa decisão estratégica de reduzir o risco de crédito após o início da crise financeira global no quarto trimestre de 2008.



Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

O resultado das operações com títulos e valores mobiliários recuou 1,5% – de R\$ 267,2 milhões em 2008 para R\$ 263,2 em 2009 – devido à redução na taxa SELIC de 13,75% em 31 de dezembro de 2008 para 8,75% em 31 de dezembro de 2009. A carteira de títulos e valores mobiliários é formada principalmente por títulos e valores mobiliários atrelados à taxa SELIC.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos registraram despesas da ordem de R\$ 252,9 milhões em 2009 – em comparação com uma receita de R\$219,1 milhões em 2008, principalmente devido às variações no resultado líquido (i) em operações com futuros – de um ganho líquido de R\$85,4 milhões em 2008 para uma perda líquida de R\$ 76,0 milhões em 2009 e (ii) em operações de swap – de um ganho líquido de R\$ 131,2 milhões em 2008 para uma perda líquida de R\$ 175,5 milhões em 2009. Os resultados de operações com derivativos refletiram os efeitos da volatilidade da taxa cambial e de juros, e esses resultados compensaram os efeitos dessas volatilidades em nossas principais operações bancárias.

Resultado de operações de câmbio

A receita com operações de câmbio variou de R\$ 82,8 milhões em 2008 para uma despesa de R\$0,3 milhão em 2009, principalmente em virtude da redução de 35,1% no saldo médio das operações de comércio exterior (conforme avaliado pelo saldo médio líquido de operações cambiais positivas e negativas), de R\$ 145,0 milhões em 2008 para R\$ 94,1 milhões em 2009, e a valorização de 25,6% do real frente ao dólar dos EUA em 2009.

Despesas da intermediação financeira

As despesas da intermediação financeira diminuíram 47,1% – de R\$ 1.181,7 milhões em 2008 para R\$624,7 milhões em 2009. O quadro abaixo apresenta a composição das despesas da intermediação financeira nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2008	% das receitas da intermediação financeira	2009	% das receitas da intermediação financeira	Varição (%)
	(em R\$ milhões, exceto percentagens)				
Operações de captação no mercado	762,1	46,2%	323,7	40,4%	(57,5)%
Operações de empréstimos e repasses	242,8	14,7%	61,1	7,6%	(74,8)%
Resultado de operações de câmbio	-	n.d %	0,4	n.d.%	n.d.%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	176,8	10,7%	239,5	29,9%	35,5%
Total	1.181,7	71,6%	624,7	78,0%	(47,1)%

Operações de captação no mercado

O quadro abaixo apresenta a composição das despesas com operações de captação no mercado nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2008	% do total	2009	% do total	Varição (%)
	(em R\$ milhões, exceto percentagens)				
Depósitos interfinanceiros	43,2	5,7%	29,0	9,0%	(32,9)%
Depósitos a prazo	251,0	32,9%	167,1	51,6%	(33,4)%
Operações compromissadas	146,1	19,2%	73,0	22,6%	(50,0)%
Aceites cambiais ⁽¹⁾	318,5	41,8%	51,9	16,0%	(83,7)%
Fundo garantidor de crédito	3,3	0,4%	2,7	0,8%	(18,2)%
Total	762,1	100,0%	323,7	100,0%	(57,5)%



Nota:

- (1) Despesas da emissão de títulos e valores mobiliários no exterior não incluem receita da variação da taxa de câmbio aplicável a essas operações, que são registradas como outras receitas operacionais.

As despesas com operações de captação no mercado diminuíram 57,5% – de R\$ 762,1 milhões em 2008 para R\$ 323,7 milhões em 2009 –, principalmente como resultado da: (i) queda de 17,6% no saldo médio de depósitos a prazo – de R\$2.039,4 milhões em 2008 para R\$ 1.680,4 milhões em 2009; (ii) redução de 45,4% no saldo médio de operações compromissadas – de R\$ 1.418,0 milhões em 2008 para R\$ 775,0 milhões em 2009; e (iii) valorização de 25,6% do real frente ao dólar dos EUA em 2009, cujo efeito foi reduzir o valor em reais dos pagamentos de recursos de aceites cambiais. Em 31 de dezembro de 2008 e 2009, o montante total em circulação de nossas notas emitidas no exterior atingiu US\$ 345,0 milhões e US\$ 225,0 milhões, respectivamente.

Operações de empréstimos e repasses

As despesas com operações de empréstimos e repasses diminuíram 74,8% – de R\$ 242,8 milhões em 2008 para R\$ 61,1 milhões em 2009, principalmente como resultado da valorização de 25,6% do real frente ao dólar dos EUA em 2009.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As provisões de crédito aumentaram 11,3% – de R\$ 191,5 milhões em 2008 para R\$ 213,2 milhões em 2009 – proporcionalmente superior ao aumento de 3,0% do saldo total da carteira de crédito – de R\$ 3.705,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 3.814,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. O aumento refletiu nossa política conservadora de provisionamento implantada em 2009 para fazer frente a possíveis problemas que nossos clientes poderiam enfrentar e dificuldades que poderíamos encontrar na realização de garantias.

O saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, como porcentagem da carteira de operações de crédito, situou-se em 5,6% em 31 de dezembro de 2009 em comparação com 5,2% em 31 de dezembro de 2008.

Resultado bruto da intermediação financeira

O resultado bruto da intermediação financeira diminuiu 62,3% – de R\$ 468,7 milhões em 2008 para R\$ 176,5 milhões em 2009. Contudo, caso fossem reclassificadas as variações cambiais incidentes sobre operações passivas, da rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais” para a rubrica de “Despesas da intermediação financeira”, que durante os exercícios de 2008 e de 2009 totalizaram receitas de R\$61,0 milhões e R\$ 326,6 milhões, respectivamente, o resultado bruto da intermediação financeira seria diminuído em 5,0%, de R\$ 529,7 milhões em 2008 para R\$ 503,1 milhões em 2009.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas operacionais, depois de descontadas as outras despesas operacionais, passaram do montante de despesas de R\$ 192,0 milhões em 2008 para receitas de R\$ 120,5 milhões em 2009 principalmente em função da variação cambial positiva sobre operações passivas no valor de R\$346,7 milhões, registrada na rubrica de “Outras receitas operacionais” em 2009 que, caso fosse reclassificada, implicaria em resultado negativo de R\$226,2 milhões, superior em 17,8% aos R\$192,0 milhões registrados em 2008.



O quadro a seguir apresenta a composição das outras receitas (despesas) operacionais nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2008	% das receitas da intermediação financeira	2009	% das receitas da intermediação financeira	Varição (%)
	(em R\$ milhões, exceto percentagens)				
Receita de prestação de serviços	26,2	1,6 %	18,5	2,3 %	(29,4) %
Despesas de pessoal	(71,0)	(4,3) %	(63,9)	(7,9) %	(10,0) %
Outras despesas administrativas	(172,6)	(10,5) %	(109,4)	(13,7) %	(36,6) %
Despesas tributárias	(32,9)	(2,0) %	(37,4)	(4,7) %	13,7 %
Outras receitas operacionais	94,4	5,7 %	367,1	45,8 %	288,9 %
Outras despesas operacionais	(36,0)	(2,1) %	(54,3)	(6,7) %	50,8 %
Total	(192,0)	(11,6) %	120,5	15,1 %	n.d. %

Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços sofreu queda de 29,4% – de R\$ 26,2 milhões em 2008 para R\$ 18,5 milhões em 2009 – principalmente em virtude da redução dos negócios e do volume de contratos de crédito originados durante 2009 em comparação com 2008.

Despesas de pessoal

As despesas de pessoal diminuíram 10,0% – de R\$71,0 milhões em 2008 para R\$ 63,9 milhões em 2009. A redução reflete um corte no quadro de pessoal no quarto trimestre de 2008 como resultado da crise financeira internacional, cujos reflexos podem ser vistos na despesa total com folha de pagamento em 2009. Antes da crise, o número de funcionários atingiu um pico para, em seguida sofrer redução – de 711 em 30 de setembro de 2008 para 561 em 31 de dezembro de 2008. Com a estabilização e a melhoria das condições financeiras em 2009, houve um aumento no quadro de funcionários – para 593 em 31 de dezembro de 2009.

Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas diminuíram 36,6% – de R\$ 172,6 milhões em 2008 para R\$ 109,4 milhões em 2009 – principalmente devido à redução no valor dos empréstimos concedidos em 2009 em comparação com 2008.

Despesas tributárias

As despesas tributárias registraram incremento de 13,7% – de R\$ 32,9 milhões em 2008 para R\$ 37,4 milhões em 2009, principalmente devido ao aumento da base tributável e, mais especificamente de pagamentos de impostos federais como o Programa de Integração Social (“PIS”) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais aumentaram 288,9% – de R\$ 94,4 milhões em 2008 para R\$ 367,1 milhões em 2009. Esse aumento foi principalmente devido à valorização de 25,6% do real frente ao dólar dos EUA em 2009, em comparação com a depreciação de 32,2% ocorrida em 2008. Em 2009, registramos ganhos de R\$ 346,7 milhões – em comparação com R\$ 81,2 milhões em 2008 – decorrentes da variação da taxa cambial dos títulos e valores mobiliários e empréstimos denominados em dólar dos EUA.



Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram 50,8% – de R\$ 36,0 milhões em 2008 para R\$ 54,3 milhões em 2009. Esse aumento foi principalmente em virtude de (i) valorização de 25,6% do real frente ao dólar dos EUA em 2009 – em comparação com uma depreciação de 32,3% em 2008 – que resultou em aumento de R\$ 11,8 milhões em 2008 para R\$ 27,6 milhões em 2009 do prejuízo com a variação da taxa de câmbio nas operações cambiais (ii) aumento na correção monetária sobre impostos – de R\$ 15,8 milhões em 2008 para R\$ 17,2 milhões em 2009 e (iii) aumento nas provisões para passivo contingente – de R\$ 2,8 milhões em 2008 para R\$ 3,1 milhões em 2009.

Resultado operacional

Como resultado do acima exposto, o resultado operacional aumentou 7,3% – de R\$ 276,7 milhões em 2008 para R\$ 297,0 milhões em 2009.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social aumentou 13,4% – de R\$ 99,5 milhões em 2008 para R\$ 112,8 milhões em 2009 – principalmente em virtude do aumento do lucro tributável em 2009 e à majoração de 9% para 15% – na alíquota de contribuição social a partir de 22/09/2008. Os impostos diferidos diminuíram 1,7% – de R\$ 55,4 milhões em 2008 para R\$ 54,4 milhões em 2009.

Lucro líquido

Como resultado do acima exposto, o lucro líquido apresentou aumento de 5,5% – de R\$ 200,2 milhões em 2008 para R\$ 211,1 milhões em 2009.

A seguir, comentamos sobre os principais componentes e fatores que impactaram o resultado operacional do Daycoval, de forma comparativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007:

O quadro a seguir apresenta certos itens extraídos das demonstrações de resultado para os exercícios indicados:

Demonstração do Resultado

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2007	% de total	2008	% de total	Varição (%)
	(em R\$ milhões, exceto porcentagens)				
Receitas da intermediação financeira	775,6	100,0 %	1,650,4	100,0 %	112,8 %
Despesas da intermediação financeira.....	(385,4)	(49,7) %	(1,181,7)	(71,6) %	206,6 %
Resultado bruto da intermediação financeira ...	390,2	50,3 %	468,7	28,4 %	20,1 %
Outras receitas (despesas) operacionais	(117,4)	(15,1) %	(192,0)	(11,6) %	63,5 %
Resultado operacional	272,8	35,2 %	276,7	16,8 %	1,5 %
Resultado não operacional.....	(0,6)	(0,1) %	(14,9)	(0,9) %	n.d.%
Resultado antes da tributação sobre o lucro	272,2	35,1 %	261,8	15,9 %	(3,8)%
Imposto de renda e contribuição social	(83,2)	(10,7) %	(99,5)	(6,0) %	19,6 %
Ativo fiscal diferido.....	31,5	4,1 %	55,4	3,4 %	75,9 %
Participações no resultado	(14,5)	(1,9) %	(17,5)	(1,1) %	20,9 %
Lucro líquido.....	206,0	26,6 %	200,2	12,1 %	(2,8)%

Cabe considerar que o aumento de 20,1% no resultado bruto da intermediação financeira decorre da classificação das variações cambiais, incidentes sobre operações passivas, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais” nos montantes de R\$ 68,5 milhões e R\$ 61,0 milhões, respectivamente. Caso estes montantes fossem reclassificados para a rubrica de “Despesas da intermediação financeira”, o aumento no resultado bruto da intermediação financeira em 2008, comparado a 2007, seria de 15,5%, ajustando para R\$ 458,7 milhões em 2007 e para R\$ 529,7 milhões em 2008 os respectivos resultados.



Receitas da intermediação financeira

A receita da intermediação financeira aumentou 112,8% – de R\$775,6 milhões em 2007 para R\$1.650,4 milhões em 2008. O quadro abaixo apresenta a composição das receitas da intermediação financeira nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2007	% de total	2008	% de total	Varição (%)
	(em R\$ milhões, exceto porcentagens)				
Operações de crédito	617,5	79,6 %	1,073,8	65,1 %	73,9 %
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	205,2	26,5 %	267,2	16,2 %	30,2 %
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	(68,2)	(8,8) %	219,1	13,3 %	n.d. %
Resultado de operações de câmbio	18,5	2,4 %	82,8	5,0 %	347,6 %
Resultado das aplicações compulsórias	2,6	0,3 %	7,5	0,4 %	188,5 %
Total	775,6	100,0 %	1,650,4	100,0 %	112,8 %

Operações de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição das receitas com operações de crédito nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2007	% de total	2008	% de total	Varição (%)
	(em R\$ milhões, exceto porcentagens)				
Empréstimos	487,1	78,9%	736,8	68,6%	51,3%
Títulos descontados.....	75,2	12,2%	84,9	7,9%	12,9%
Financiamento.....	54,2	8,8%	231,3	21,5%	326,8%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1,0	0,1%	20,8	2,0%	1.980,0%
Total	617,5	100,0%	1,073,8	100,0%	73,9%

As receitas com operações de crédito aumentaram 73,9% – de R\$ 617,5 milhões em 2007 para R\$ 1.073,8 milhões em 2008. Esse aumento foi principalmente devido ao aumento de 76,8% no saldo médio da carteira de crédito – de R\$ 2.331,4 milhões em 2007 para R\$ 4.122,8 milhões em 2008. O aumento no saldo médio da carteira de crédito foi devido ao: (i) aumento de R\$ 800,0 milhões no saldo médio de empréstimos a clientes do middle market, (ii) aumento de R\$599,0 milhões no saldo médio de financiamento de veículos e (iii) aumento de R\$ 390,3 milhões no saldo médio dos empréstimos com dedução em folha de pagamento e crédito direto ao consumidor, de R\$ 343,7 milhões em 2007 para R\$ 734,0 milhões em 2008. O aumento nas taxas de juros médias a pagar sobre a carteira refletiu a maior importância conferida a financiamentos de veículos e empréstimos com dedução em folha de pagamento, nos quais auferimos taxa de juros mais elevadas, como parte da carteira total e taxas de juros mais altas em vigor no Brasil em 2008 em comparação com 2007.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários aumentou 30,2% – de R\$ 205,2 milhões em 2007 para R\$ 267,2 em 2008. Esse aumento resulta principalmente de um incremento de 32,1% no saldo médio da carteira de títulos públicos – de R\$ 570,0 milhões em 2007 para R\$ 752,8 milhões em 2008 – e ao aumento na taxa SELIC de 11,25% em 31 de dezembro de 2007 para 13,75% em 31 de dezembro de 2008.



Resultado com instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos registraram lucro de R\$ 219,1 milhões em 2008 – em comparação com despesas de R\$ 68,2 milhões em 2007, devido principalmente à melhora no resultado líquido de das operações de swap no montante de R\$ 115,9 milhões e das operações com futuros no montante de R\$ 169,7 milhões. Os resultados de operações com derivativos refletem os efeitos da volatilidade da taxa cambial e de juros, e esses resultados compensam os efeitos dessas volatilidades em nossas principais operações bancárias.

Resultado de operações de câmbio

Depois de descontadas as despesas, o resultado de operações de câmbio aumentou 347,6% – de R\$ 18,5 milhões em 2007 para R\$ 82,8 milhões em 2008 – principalmente devido ao aumento de 91,5% no saldo médio das operações de comércio exterior (conforme avaliado pelo saldo médio de operações cambiais positivas e negativas), de R\$ 75,7 milhões em 2007 para R\$ 145,0 milhões em 2008.

Despesas da intermediação financeira

As despesas da intermediação financeira aumentaram 206,6% – R\$ 385,4 milhões em 2007 para R\$ 1.181,7 milhões em 2008. O quadro abaixo apresenta a composição das despesas da intermediação financeira nos exercícios indicados:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2007	% das receitas da intermediação financeira	2008	% das receitas da intermediação financeira	Variação (%)
	(em R\$ milhões, exceto percentagens)				
Operações de captação no mercado	301,0	38,8%	762,1	46,2%	153,2%
Operações de empréstimos e repasses	23,6	3,1%	242,8	14,7%	928,8%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	60,8	7,8%	176,8	10,7%	190,8%
Total	385,4	49,7%	1.181,7	71,6%	206,6%

Operações de captação no mercado

O quadro abaixo apresenta a composição das despesas com operações de captação no mercado nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				
	2007	% do total	2008	% do total	Variação (%)
	(em R\$ milhões, exceto percentagens)				
Depósitos interfinanceiros	12,4	4,2%	43,2	5,7%	248,4%
Depósitos a prazo	166,3	55,2%	251,0	32,9%	50,9%
Operações compromissadas	91,0	30,2%	146,1	19,2%	60,5%
Aceites cambiais ⁽¹⁾	28,9	9,6%	318,5	41,8%	1.002,1%
Fundo garantidor de crédito	2,4	0,8%	3,3	0,4%	37,5%
Total	301,0	100,0%	762,1	100,0%	153,2%

Nota:

- (1) Despesas da emissão de títulos e valores mobiliários no exterior não incluem receita da variação da taxa de câmbio aplicável a essas operações, que são registradas como outras receitas operacionais.



As despesas com operações de captação no mercado aumentaram 153,2% – de R\$ 301,0 milhões em 2007 para R\$ 762,1 milhões em 2008 – principalmente como resultado do: (i) aumento de 40,7% no saldo médio de depósitos a prazo – de R\$ 1.449,4 milhões em 2007 para R\$ 2.039,4 milhões em 2008; (ii) aumento de 56,1% no saldo médio de operações compromissadas – de R\$ 908,7 milhões em 2007 para R\$ 1.418,0 milhões em 2008; e (iii) aumento de 20,7% – de R\$ 360,8 milhões em 2007 para R\$ 435,7 milhões em 2008 – no saldo médio dos recursos de aceites cambiais, e depreciação de 32,2% do real frente ao dólar dos EUA em 2008. Além disso, as despesas de operações de captação refletiram um aumento – de 10,9% em 2007 para 11,6% em 2008 – na taxa de juros média a pagar sobre as operações de captação.

Operações de empréstimos e repasses

As despesas com operações de empréstimos e repasses aumentaram 928,8% – de R\$ 23,6 milhões em 2007 para R\$ 242,8 milhões em 2008, principalmente como resultado do aumento no saldo médio das operações de empréstimos e repasses – de R\$ 130,0 milhões em 2007 para R\$ 535,6 milhões em 2008 – e da depreciação de 32,2% do real frente ao dólar dos EUA em 2008.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As provisões de crédito aumentaram 146,1% – R\$ 77,8 milhões em 2007 para R\$ 191,5 milhões em 2008 – principalmente em virtude do aumento do índice de inadimplimento, particularmente nos financiamentos de veículos e carteiras de empréstimo de *middle market*. Esse aumento em provisões foi proporcionalmente superior ao aumento de 6,6% do saldo total da carteira de crédito – de R\$ 3.476,0 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 3.705,5 milhões em 31 de dezembro de 2008.

O saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa como porcentagem da carteira de operações de crédito foi 5,2% em 31 de dezembro de 2008 em comparação com 2,2% em 31 de dezembro de 2007.

Resultado bruto da intermediação financeira

Como resultado do acima exposto, o resultado bruto da intermediação financeira aumentou 20,1% – de R\$ 390,2 milhões em 2007 para R\$ 468,7 milhões em 2008. Porém, caso fossem reclassificadas as variações cambiais, da rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais” para a rubrica de “Despesas da intermediação financeira”, incidentes sobre operações passivas, que durante os exercícios de 2008 e de 2007 totalizaram receitas de R\$ 61,0 milhões e R\$ 68,5 milhões, respectivamente, da rubrica de “Outras receitas operacionais” o resultado bruto da intermediação financeira seria aumentado em 15,5%, de R\$ 458,7 milhões em 2007 para R\$ 529,7 milhões em 2008.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas operacionais, depois de descontadas outras despesas operacionais, registraram aumento de 63,5% – de R\$ 117,4 milhões em 2007 para R\$ 192,0 milhões em 2008, principalmente em função da variação cambial positiva sobre operações passivas no valor de R\$61,0 milhões, registrada na rubrica de “Outras receitas operacionais” em 2009 que, caso fosse reclassificada, implicaria em resultado negativo de R\$253,0 milhões, superior em 115,5% aos R\$117,4 milhões registrados em 2007. O quadro a seguir apresenta a composição das outras receitas (despesas) operacionais nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,				Variação (%)
	2007	% das receitas da intermediação financeira	2008	% das receitas da intermediação financeira	
	(em R\$ milhões, exceto porcentagens)				
Receitas de prestação de serviços.....	13,5	1,7 %	26,2	1,6 %	94,1%
Despesas de pessoal.....	(52,8)	(6,8) %	(71,0)	(4,3) %	34,5%
Outras despesas administrativas.....	(110,0)	(14,2) %	(172,6)	(10,5) %	56,9%
Despesas tributárias.....	(28,5)	(3,6) %	(32,9)	(2,0) %	15,4%
Outras receitas operacionais.....	78,8	10,2 %	94,4	5,7 %	19,8%
Outras despesas operacionais.....	(18,4)	(2,4) %	(36,0)	(2,2) %	95,7%
Total.....	(117,4)	(15,1) %	(192,0)	(11,6) %	63,5%



Receitas de prestação de serviços

A receita de serviços aumentou 94,1% – de R\$ 13,5 milhões em 2007 para R\$ 26,2 milhões em 2008 – principalmente devido ao aumento dos negócios e do volume de operações de crédito geradas durante 2008 em comparação com 2007.

Despesas de pessoal

As despesas de pessoal aumentaram 34,5% – de R\$ 52,8 milhões em 2007 para R\$ 71,0 milhões em 2008. Essa cifra reflete um aumento significativo no quadro de funcionários durante 2007 e nos primeiros nove meses de 2008 antes da redução de pessoal em decorrência da crise financeira internacional no quarto trimestre de 2008. Antes da crise, o número de funcionários atingiu um pico, para em seguida sofrer redução – de 711 em 30 de setembro de 2008 para 561 em 31 de dezembro de 2008.

Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas aumentaram 56,8% – de R\$ 110,0 milhões em 2007 para R\$ 172,6 milhões em 2008 – principalmente devido ao aumento significativo no valor dos empréstimos concedidos em 2008 em comparação com 2007, que por sua vez geraram aumento de R\$ 85,3 milhões na comissão que pagamos aos correspondentes bancários. O aumento dessas despesas foi parcialmente compensado por uma redução em outras despesas administrativas. Especificamente, tivemos uma despesa extraordinária de R\$ 38,0 milhões em 2007 com relação à oferta pública inicial de ações.

Despesas tributárias

As despesas tributárias registraram incremento 15,4% – de R\$ 28,5 milhões em 2007 para R\$ 32,9 milhões em 2008 – principalmente devido ao aumento do lucro tributável e, mais especificamente, pagamentos de impostos federais como PIS e COFINS.

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais aumentaram 19,8% – de R\$ 78,8 milhões em 2007 para R\$ 94,4 milhões em 2008. Esse aumento foi principalmente devido a ganhos de R\$ 81,2 milhões em 2008 com os títulos e valores mobiliários denominados em dólar dos EUA, em comparação com R\$ 68,5 milhões em 2007

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais registraram aumento de 95,7% – R\$ 18,4 milhões em 2007 para R\$ 36,0 milhões em 2008. Esse aumento foi principalmente em virtude de: (i) prejuízo de R\$ 11,8 milhões em 2008 decorrente da variação da taxa de câmbio nas operações cambiais (ii) correção monetária de impostos, de R\$10,5 milhões em 2007 para R\$ 15,8 milhões em 2008 e (iii) nossas provisões para passivo contingente – de R\$ 1,0 milhão em 2007 para R\$ 2,8 milhões em 2008.

Resultado operacional

Como resultado do acima exposto, o resultado operacional aumentou 1,5% – de R\$ 272,8 milhões em 2007 para R\$ 276,7 milhões em 2008.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social aumentou 19,6% – de R\$ 83,2 milhões em 2007 para R\$ 99,5 milhões em 2008 – principalmente em virtude do aumento do lucro tributável em 2008. Entretanto, as receitas com impostos diferidos também aumentaram 75,9% – de R\$ 31,5 milhões em 2007 para R\$ 55,4 milhões em 2008.



Lucro líquido

Como resultado do acima exposto, o lucro líquido registrou queda de 2,8% – de R\$ 206,0 milhões em 2007 para R\$ 200,2 milhões em 2008.

- ▮ **10.2.b - Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, e**
- ▮ **10.2.c - Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Como prática de governança de gestão de riscos, o Banco e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado, que incluem, substancialmente, os riscos da variação de: (i) taxas de juros pré-fixadas; (ii) moeda estrangeira; (iii) cupom cambial; (iv) índices de preços; e (v) renda variável, e risco de liquidez.

Os riscos de mercado e de liquidez são gerenciados da seguinte forma:

Risco de mercado

É utilizada a metodologia do Valor em Risco - V@R, para a mensuração da exposição ao risco de mercado. Esta metodologia permite que o V@R seja aplicado de forma consistente para todos os produtos e mercados, tornando possível a comparação de riscos entre diferentes carteiras do Banco. O modelo de V@R empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de dez dias e nível de confiança de 99%, sendo aplicado, no fechamento de cada dia, sobre a base de operações em aberto. Os resultados obtidos e calculados com base no modelo de V@R são revisados e aprovados diariamente pela gerência da Área de Riscos.

A eficácia do modelo é testada através de processos que indicam o grau de aderência dos resultados previamente obtidos, em comparação aos resultados efetivamente auferidos.

Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, que não são capturados pelo V@R, são utilizadas técnicas de análise de cenários. Estas técnicas contemplam análises de cenários projetados e testes de estresses, cujo objetivo final é assegurar que o Banco, e as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, se encontram em condições de reagir a situações extremas de mercado.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado diariamente por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco e de suas controladas, especialmente no curto prazo. São também efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras, assim como são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último, são efetuadas análises de cenário de estresse, voltados especificamente para liquidez.

Sensibilidade às taxas de câmbio

As operações são preponderantemente expressas em Reais (R\$). O Banco e suas Controladas adotam política de evitar descasamentos substanciais em taxas de câmbio, que inclui a utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”) e que buscam anular o efeito de eventuais descasamentos no resultado.



Adicionalmente, como parte da diversificação da carteira de captação, possuímos operações expressas e indexadas a moedas estrangeiras, de curto e de longo prazo, principalmente, o dólar norte-americano. A exposição em moeda estrangeira reflete a diferença entre o total de ativos indexados ou expressos em moeda estrangeira e o total de obrigações indexadas ou expressas em moeda estrangeira, inclusive instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas de compensação. O Banco Central regulamenta a exposição líquida máxima de moeda estrangeira, em aberto, vendida e comprada.

Política de “hedge”

A política de “hedge” é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco e do Consolidado. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do Banco Central.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de “hedge” são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

Caso o objeto de “hedge” apresente pagamentos intermediários, sejam de juros ou parcelas de amortização de principal, os instrumentos financeiros derivativos também são contratados com os mesmos fluxos intermediários, quer apresentando fluxos previstos dentro da mesma operação, ou com a contratação de várias operações coincidentes com os fluxos do objeto de “hedge”.

O acompanhamento da efetividade da estrutura do “hedge”, que avalia a compensação, pelos instrumentos financeiros derivativos, dos efeitos das flutuações no preço de mercado sobre os itens objeto de “hedge”, é realizado periodicamente. A efetividade apurada para cada unidade de “hedge” está entre 80% e 125%, que se refere ao intervalo estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do Banco Central.

Os limites de risco de mercado são propostos em Comitê específico, conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira “Trading”: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a “hedge” de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira “Banking”: refere-se às operações que não são classificadas na carteira “Trading” e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita acima está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Banco e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade, em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira “Trading”, uma vez que representam as exposições que sofrerão impactos relevantes sobre o resultado do Banco.

A Carteira “Banking” não foi considerada para a análise de sensibilidade pelos seguintes motivos:

- As operações de crédito que estão nesta carteira, são financiadas em parte pelos depósitos à vista e a prazo e pelas operações de captação de recursos no exterior, os quais constituem “hedge” natural para eventuais oscilações de taxas de juros.



- As oscilações de taxas de juros não representam impacto material sobre o resultado do Banco, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu respectivo vencimento.
- A carteira “Banking” não possui operações com instrumentos financeiros derivativos, sendo estas relacionadas à carteira “Trading” em sua totalidade.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira “Trading” para a data-base de 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

Exposições financeiras Fatores de riscos	31 de dezembro de 2009		
	Cenários		
	1	2	3
	R\$ mil		
Pré-fixado	(15.332)	(34.271)	(52.169)
Moeda estrangeira	(5.007)	(23.210)	(41.412)
Cupom cambial	154	201	246
Índices de preços	(1.485)	(1.849)	(2.209)
Renda variável	(188)	(534)	(879)
Captação	(4.617)	(28.032)	(49.701)
Outros	(178)	(403)	(621)
Total	(26.653)	(88.098)	(146.745)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foi tomado como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$ - 1,87; (ii) taxa de juros pré-fixada - 13,00%a.a.; (iii) Ibovespa - 60.350 pontos; e (iv) cupom cambial - 6,90%a.a.
- Cenário 2: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$ - 2,34; (ii) taxa de juros pré-fixada - 16,25%a.a.; (iii) Ibovespa - 45.263 pontos; e (iv) cupom cambial - 8,63%a.a.
- Cenário 3: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$ - 2,81; (ii) taxa de juros pré-fixada - 19,50%a.a.; (iii) Ibovespa - 30.175 pontos; e (iv) cupom cambial - 10,35%a.a.

Exposições financeiras Fatores de riscos	31 de dezembro de 2008		
	Cenários		
	1	2	3
	R\$ mil		
Pré-fixado	19	(11.685)	(31.552)
Moeda estrangeira	35	(89.103)	(178.206)
Cupom cambial	(466)	(84.387)	(168.774)
Índices de preços	8	(10.708)	(20.248)
Renda variável	(67)	(1.652)	(1.983)
Outros	232	(285)	(558)
Total	(241)	(197.820)	(401.321)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário considerado provável para os fatores de risco, e foi tomado como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (BM&FBovespa, Andima, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$ - 2,34; (ii) taxa de juros pré-fixada - 12,15% a.a.; e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - 4,96% a.a.;



- Cenário 2: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$ - 2,92; (ii) taxa de juros pré-fixada – 15,19% a.a.; e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - 6,20% a.a.;
- Cenário 3: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$ - 3,50; (ii) taxa de juros pré-fixada – 18,23% a.a.; e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA – 7,44% a.a..

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores, refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2009 e de 2008. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas informações financeiras. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira “Trading”, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

10.3 - Os diretores devem comentar sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e em seus resultados:

10.3.a - Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

10.3.b - Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

10.3.c - Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - Os diretores devem comentar:

10.4.a - Mudanças significativas nas práticas contábeis, e

10.4.b - Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, com vigência a partir de janeiro de 2008, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Os efeitos da adoção pela primeira vez das alterações introduzidas por esta Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não produziram ajustes relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco.

A referida Lei tem por objetivo, eliminar certas barreiras regulatórias que impedem a inserção total das companhias brasileiras no processo de convergência para os padrões contábeis internacionais, aumentar a transparência das demonstrações financeiras como um todo e possibilitar à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ao Banco Central do Brasil e ao Comitê de Políticas Contábeis - CPC, divulgar novas normas e procedimentos contábeis em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.



Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, quais sejam:

- CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- CPC 03 – Demonstrações do fluxo de caixa – homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- CPC 05 – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; e
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução BACEN nº 3.535/08.

A seguir, estão demonstradas as práticas contábeis modificadas pela Lei, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco e os seus respectivos impactos sobre as demonstrações:

- Foi criado no ativo permanente o subgrupo “Ativos Intangíveis” que inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade;
- O ativo imobilizado passou a incluir os bens decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco, independentemente de haver transferência de propriedade;
- O ativo diferido ficou restrito às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação;
- O parâmetro para avaliação de investimentos em coligadas pelo método da equivalência patrimonial passou a ser aplicado a todas as coligadas em que a investidora tenha influência significativa. Entende-se por influência significativa, a participação de 20% ou mais do capital votante (anteriormente o percentual era pelo capital total). Conforme normativos do BACEN, essa alteração somente passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2009 para as instituições financeiras, porém esta alteração não ocasionou mudanças significativas em relação aos investimentos do Banco;
- Criação de novo subgrupo no patrimônio líquido denominado “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, destinado ao registro da variação cambial de investimentos societários no exterior quando a moeda funcional da investida for diversa à da controladora, e registro de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação a preço de mercado. Tendo em vista que os investimentos detidos pelo Banco e empresas controladas apresentam, substancialmente, a mesma moeda funcional do Banco e são uma extensão de seus negócios, essa alteração não ocasionou ajustes;
- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Como determinado pela nota explicativa à Instrução CVM nº 469, o objetivo dessa alteração não é a eliminação da presença de uma expectativa de rendimento ou encargo futuro embutidos nos ativos e passivos monetários, mas sim a necessidade de se obter os valores representativos quando da contratação da operação. As operações realizadas pelo Banco e empresas controladas já estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização.
- Os instrumentos financeiros ativos e passivos pré-fixados são ajustados a valor presente pela existência das contas retificadoras de rendas e despesas a apropriar, que ajustam esses instrumentos aos valores que seriam obtidos em sua realização como se fossem operações à vista, bem como para os instrumentos financeiros pós-fixados, que são realizados pelo seu valor à vista e são periodicamente atualizados por suas respectivas taxas. Sendo assim, o Ajuste a Valor Presente para os instrumentos financeiros ativos e passivos de longo prazo, bem como para os relevantes de curto prazo, não ocasionou ajustes para o Banco e empresas controladas;
- Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.



10.4.c - Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não ocorreram ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes que examinaram as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, de 2008 e de 2007.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As demonstrações financeiras do Banco, incluindo sua dependência no exterior, e as demonstrações financeiras consolidadas ("Consolidado") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimento em direitos creditórios e fundo de investimento multimercado foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras da dependência e da controlada indireta no exterior, tiveram seus critérios contábeis adaptados às práticas contábeis adotadas no Brasil e convertidas para reais.

As práticas contábeis críticas adotadas pelo Daycoval na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

- a) Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada por Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 podendo ser classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado;
- Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor de mercado (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados; e



- Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

As bonificações oriundas das aplicações em ações de companhias abertas são registradas na carteira de títulos e valores mobiliários apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” na bolsa de valores.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, oriundos das aplicações em ações de companhias abertas, são contabilizados em receita quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” na bolsa de valores.

b) Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações com opções, a termo, de mercado futuro e de “swap”, e são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:

- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados ao valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo ou no passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do ativo objeto das opções, pelo seu efetivo exercício, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.

- Operações de futuro - os valores dos ajustes diários são registrados ao valor de mercado na rubrica de “Negociação e intermediação de valores” no ativo ou no passivo e apropriado diariamente ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).

- Operações de “swap” e termo de moeda - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo ou no passivo, respectivamente e apropriado ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).

- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” - em conta de receita ou despesa, no resultado.

- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “hedge” - são classificados como “hedge” de risco de mercado ou “hedge” de fluxo de caixa.

Os “hedges” de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “hedge” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os “hedges” de fluxo de caixa são destinados a compensar à variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado.



- c) As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 editado pelo BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo - perda).

Ainda conforme a Resolução nº 2.682/99, as operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebida e as operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por, no mínimo, 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

- d) Os prêmios de seguros são apropriados ao resultado quando da vigência das respectivas apólices e faturas de seguro, e diferidos para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, pelo período de cobertura do risco, mediante constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e da despesa de comercialização diferida;
- e) As despesas antecipadas referentes às comissões pagas a terceiros são controladas por contrato e contabilizadas em contas patrimoniais ativas na rubrica de “Despesas antecipadas”. A apropriação dessas despesas ao resultado, na rubrica de “Outras despesas administrativas”, é efetuada “pro-rata temporis” de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos ou em sua totalidade quando ocorrer liquidação antecipada destes mesmos contratos;
- f) A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de “Outros valores e bens” e de “Outros créditos - créditos tributários” são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

- g) As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado, são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço, sendo as obrigações objeto de “hedge” ajustadas ao seu valor de mercado;
- h) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos;
- i) Provisões Técnicas de Seguros - As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP e com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 162, de 26 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e alterações promovidas pela Resolução nº 181, de 19 de dezembro de 2007, do CNSP.



r.1) Seguros:

- Provisão de Sinistros a Liquidar - constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros, em discussões judiciais, onde o valor é determinado por peritos reguladores e assessores jurídicos que efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora.
- Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR - constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN nº 3.535/08, Deliberação CVM nº 489/05 e Interpretação Técnica do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON nº 02/06, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

A partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias, passarão a ser reconhecidos, mensurados e divulgados conforme a Resolução BACEN nº 3.823/08 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Esta nova resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010 e revoga em sua totalidade a Resolução BACEN nº 3.535/08.

k) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (ii) amortizações de ativos intangíveis; (iii) e provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.



10.6 - Relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

10.6.a - Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos implementados pelo Daycoval para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras, confiáveis estão relacionados à análise de variações, validação dos saldos, conciliações e batimento com respectivos sistemas operacionais e documentação suporte e são exercidos de forma rotineira com o objetivo de garantir que valores e saldos registrados nas demonstrações financeiras reflitam as posições detidas pelo Banco e empresas controladas.

A Administração é responsável pela definição e implementação das políticas, procedimentos e práticas referentes aos controles internos, sendo a avaliação da qualidade e eficiência dos sistemas de responsabilidade do Comitê de Auditoria. Estes procedimentos, aliados aos investimentos em tecnologia, ao treinamento de funcionários, à mitigação de eventuais riscos operacionais e aos testes da auditoria interna, propiciam o aprimoramento contínuo dos controles instituídos, assegurando: i) a observância dos regulamentos e das normas internas; ii) a adoção das melhores práticas de mercado; iii) o cumprimento da legislação em vigor e; iv) a aplicação das orientações dos órgãos reguladores.

Assim, podemos afirmar que o sistema de controles internos do Daycoval é adequado à complexidade de seus negócios e aos riscos aos quais está exposto, e está apto a identificar preventivamente eventuais imperfeições ou deficiências, bem como implementar as correções necessárias.

10.6.b - Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os relatórios sobre o sistema de controles internos, emitidos pelo auditor independente, referentes ao exercício de 2009, não apontaram qualquer deficiência, risco ou evidência de descumprimento de normas legais e regulamentares que pudesse comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras. Os apontamentos eventualmente discutidos e reportados pelo auditor independente são priorizados e as implementações de controles internos para mitigar tais deficiências são monitoradas pela administração do Banco.

10.7 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

10.7.a - Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Após a realização da Oferta e o conseqüente aporte dos recursos oriundos da emissão de novas ações, buscamos nos posicionar de forma a melhor atender à expansão do volume de operações de crédito que temos experimentado nos últimos anos. Nesse sentido, aplicamos os recursos da Oferta Primária, na expansão de nossa carteira de crédito no segmento de *Middle Market*, que constitui nosso principal foco de atuação, bem como no segmento de crédito a pessoas físicas (crédito consignado e crédito ao consumidor).

10.7.b - Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.



10.7.c - Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

10.8.a - Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items)

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. Carteiras baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos

Carteira cedida com coobrigação a outras instituições financeiras

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o Banco cedeu o montante de R\$292,3 milhões em operações de crédito consignado e de financiamento de veículos, com coobrigação, a outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, as quais foram baixadas da carteira de operações de crédito e estão registradas em contas de compensação.

Nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a coobrigação assumida pelo Banco sobre o saldo remanescente era de R\$130,0 milhões, referente às cessões acima mencionadas.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

Não aplicável.

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v. contratos de recebimento futuros de financiamentos

Não aplicável.

10.8.b – Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.



10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

10.9.a - Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Carteira cedida com coobrigação a outras instituições financeiras:

O resultado das cessões de operações de crédito foram apurados nas datas de contratação das operações, mediante baixa do título contábil utilizado para registro da operação original, sendo o resultado da operação apropriado, respectivamente, como acréscimo das rendas de operações de crédito, no montante de R\$13,7 milhões, nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Essas cessões não causaram e nem causarão, outros efeitos no resultado, além do descrito no parágrafo anterior, em função do seu reconhecimento já ter ocorrido na origem da operação de cessão. Contudo, conforme previsto no contrato da operação de cessão, o Daycoval assume o compromisso de recompra de créditos que possam vir a ter sua performance comprometida em função de inadimplência. Caso esta recompra ocorra, causará alteração em rubricas específicas de operações de crédito, de provisão para devedores duvidosos, incluindo sua contrapartida reconhecida como despesa no resultado do período na rubrica de “Provisão para devedores duvidosos”.

10.9.b - Natureza e o propósito da operação

Carteira cedida com coobrigação a outras instituições financeiras:

As cessões de crédito com coobrigação, para outras instituições financeiras durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram motivadas pela necessidade de aumento de liquidez frente ao cenário econômico mundial que se apresentava à época. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o Banco não realizou cessões de crédito com coobrigação a outras instituições financeiras.

10.9.c - Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.9.a, o Daycoval possui o compromisso de recompra de créditos cedidos que possam vir a ter sua performance comprometida em função de inadimplência..

10.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

10.10.a - Investimentos

i - descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2009, o Banco priorizou a realização de investimentos em diferentes áreas para dar sustentação aos seus negócios, com destaque para aqueles direcionados à tecnologia de informação (TI) e ganhos de eficiência.

Entre as importantes ações, cabe mencionar os investimentos realizados dentro do portal do Banco, com destaque para o *Dayconnect* que é uma plataforma dinâmica e segura de internet banking. Dentro dele, o Daycoval disponibilizou um sistema de autenticação seguro e confiável, chamado *Daycoval e-Code*, onde os usuários utilizam cartões de acesso específicos, além de validadores eletrônicos que garantem total segurança ao sistema.



Em 2009, o Banco também passou a oferecer de forma pioneira o Débito Direto Autorizado (DDA). Com este novo serviço, os clientes podem pagar os títulos de cobrança registrados em seu nome, sejam do Daycoval, ou de qualquer outra instituição participante do DDA, utilizando nossa plataforma de internet (*DayConnect*).

Os investimentos em tecnologia são compatíveis com o porte e as necessidades do Daycoval, dos clientes e dos produtos e serviços disponíveis. Para acompanhar esse processo, o Banco está investindo na capacitação da equipe de especialistas e no treinamento de usuários.

O Daycoval também colocou em prática, ao longo de 2009, várias medidas para ganhar eficiência. Entre essas medidas, podemos destacar a revisão de processos e novas iniciativas para o uso consciente de materiais e equipamentos.

ii - fontes de financiamento dos investimentos

Para realização de seus investimentos, o Banco utiliza sua relevante posição de caixa disponível, que em dezembro de 2009, situava-se acima de R\$ 1,0 bilhão.

iii - desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

D 10.10.b - Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há neste momento nenhuma informação divulgada quanto à aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco.

D 10.10.c - Novos produtos e serviços

i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii - projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não aplicável.

A Diretoria



Informações adicionais à proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2009, deliberada pelo Conselho de Administração em 10.02.2010, nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09

1) Lucro líquido do exercício de 2009 e proposta de destinação:

Conforme constou da deliberação da reunião do Conselho de Administração realizada em 10.02.2010:

	R\$
Lucro Líquido apurado no exercício de 2009....	211.087.826,48
Proposta de destinação:	
Constituição da Reserva Legal (a).....	10.554.391,32
Constituição da Reserva Estatutária (b)...	105.967.559,67
Juros sobre o Capital Próprio (c).....	94.565.875,49

a) Constituição da Reserva Legal

A Reserva Legal foi calculada conforme disposto no artigo 41 do Estatuto Social vigente, e representa 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício:

Lucro líquido apurado do exercício de 2009.....	211.087.826,48
(=) Constituição da reserva legal (5% sobre o lucro líquido apurado).	10.554.391,32

b) Constituição das Reserva Estatutária

O Conselho de Administração, conforme lhe faculta o artigo 42 do Estatuto Social vigente, propôs na reunião de 10.02.2010, a destinação de 100% do saldo remanescente do lucro líquido para constituição da Reserva Estatutária, conforme abaixo demonstrado:

Lucro líquido apurado do exercício de 2009.....	211.087.826,48
(-) Distribuição de Dividendos/Juros sobre Capital Próprio.....	(94.565.875,49)
(-) Constituição da Reserva Legal.....	<u>(10.554.391,32)</u>
(=)Constituição da Reserva Estatutária.....	<u>105.967.559,67</u>

c) Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio

O artigo 41, item (b), do Estatuto Social vigente, assegura aos acionistas, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

O artigo 44 do Estatuto Social vigente dispõe que, por deliberação da Diretoria *ad referendum* da Assembléia Geral, poderão ser distribuídos lucros aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, em substituição total ou parcial dos dividendos obrigatórios ou intermediários. E o seu Parágrafo Único dispõe que: Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, após a dedução do imposto de renda na fonte, serão computados para efeito da apuração do valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício.

Os pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram promovidos conforme propostas da Diretoria, ratificadas em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 30/03/2009; 26/06/2009; 30/09/2009 e 22/12/2009, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária.



Demonstração do montante de Juros sobre o Capital Próprio declarado dentro do próprio exercício social de 2009, com base em período de apuração trimestral:

Períodos de apuração	Valor Global em R\$ Já Declarado	Valor em R\$ por ação		Data de Pagamento
		Ações ON	Ações PN	
01.01.09 à 30.03.09.....	24.265.286,83	0,11063	0,11063	15.04.2009
31.03.09 à 26.06.09.....	23.849.857,06	0,11008	0,11008	15.07.2009
27.06.09 à 30.09.09.....	25.450.578,84	0,11765	0,11765	08.10.2009
Exercício 2009-Complemento).....	21.000.152,76	0,09778	0,09778	15.01.2010
Total do Exercício.....	94.565.875,49	0,43614	0,43614	

Conforme demonstrado acima, os Juros sobre Capital Próprio foram pagos de forma integral e corresponderam a 44,8% do lucro líquido do exercício.

2) Descrição do cálculo dos Dividendos obrigatórios conforme disposto no artigo 41, alínea b do Estatuto Social vigente:

Lucro líquido do exercício de 2009.....		211.087.826,48
(-) Reserva Legal.....		(10.554.391,32)
(=) Base de cálculo ajustada.....		200.533.435,16
	Declarados	Obrigatórios (25%)
Valor bruto dos Juros sobre Capital Próprio.....	94.565.875,49	-
(-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos Juros sobre Capital Próprio.....	(13.630.034,26)	-
(=) Valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio e dos Dividendos no exercício.....	80.935.841,23	50.133.358,79
% relativo ao valor global líquido de Juros sobre Capital Próprio sobre o lucro líquido do exercício (base ajustada nos termos da legislação societária).....	40,36	25,00

3) Tabela comparativa indicando os valores por ação do lucro líquido e Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio:

	2008		2009	
Lucro líquido.....	200.150.332,42		211.087.826,48	
Quantidade de ações.....	222.633.512		216.324.512	
Espécie e Classe.....	ON	PN	ON	PN
Lucro líquido por ação-(R\$).....	0,91	0,91	0,98	0,98
Juros sobre Capital Próprio e dividendos por ação-(R\$).....	0,4212	0,4212	0,4361	0,4361

Esclarecemos que o Banco Daycoval abriu o seu o capital no ano de 2007 concomitantemente à realização de oferta pública primária e secundária de ações preferenciais de sua emissão ("IPO"). Assim, o lucro líquido por ação, apurado em períodos anteriores aos acima apresentados, não representa informação adequada para fins de comparação.

Sasson Dayan

Presidente do Conselho de Administração



RESUMO DO RELATÓRIO/PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Banco Daycoval S.A. (Banco) é um órgão estatutário e reporta-se diretamente ao Conselho de Administração. Foi instituído e instalado no semestre findo em 30 de junho de 2009, nos termos da Resolução CMN nº 3.198 de 27 de maio de 2004 e em conformidade com o Estatuto Social do Banco.

De acordo com o estabelecido em seu Regulamento, é de competência do Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, pela atuação e qualidade da auditoria interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco.

Atividades do Comitê

Em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2010, foram finalizadas as análises das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de Dezembro de 2009 e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas desde sua instalação.

Com o intuito de avaliar a estrutura de controles internos, o Comitê discutiu as recomendações e conclusões constantes de relatórios emitidos pela Auditoria Interna e manteve contatos regulares com a Auditoria Independente com o objetivo de conhecer as suas principais preocupações, bem como o endereçamento dado a cada assunto. Foi observado que o sistema de controle está presente nas principais áreas e/ou departamentos e é parte integrante da cultura do Banco e avaliamos que as ações que vêm sendo adotadas pela Administração têm contribuído para o aprimoramento da estrutura de controle.

Fez parte dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e das considerações feitas por este Comitê, a avaliação da estrutura de gerenciamento de riscos do Banco, com o objetivo de certificar-se da qualidade dos processos de geração de relatórios sobre riscos, utilizados pela Administração para subsidiar suas decisões. O Comitê entende que as ações adotadas para gerenciamento de riscos, nos seus aspectos gerais, estão adequadamente estabelecidas e direcionadas.

O relacionamento entre o Comitê e os Auditores Independentes foi focado nas considerações da Auditoria Independente sobre os resultados dos seus trabalhos e em sua opinião quanto às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de Dezembro de 2009, acompanhando-se o processo de resposta da Administração às recomendações efetuadas. Entre o período de instalação deste Comitê e a data de emissão deste relatório, foram analisados, além de aspectos relacionados à contratação, o escopo e planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente. Foi, também, avaliado o cumprimento dos dispositivos regulamentares que tratam da independência dos auditores em relação às entidades auditadas, aspectos práticos das suas atividades no Banco e a qualificação e rodízio do seu quadro técnico. Com base nas análises/avaliações efetuadas e nas informações fornecidas pela própria Auditoria, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos Auditores Independentes.

Quanto à Auditoria Interna, foi avaliado o processo de estruturação, com o intuito de analisar questões como independência, políticas, plano anual de auditoria, cronograma dos testes, discussão e emissão de relatórios e definição, pela administração, dos respectivos planos de ações às recomendações apresentadas. No período entre a sua instalação e o final do exercício de 2009, o Comitê acompanhou os trabalhos realizados pela Auditoria Interna, todos voltados à avaliação de processos com foco em riscos e os resultados apresentados a este Comitê se mostraram satisfatórios.



O Comitê avalia como adequada a sistemática de acompanhamento de observância da legislação, da regulamentação e das normas elaboradas internamente, com base nos relatórios da auditoria interna, dos auditores independentes, dos gestores de risco e dos resultados de inspeção do Banco Central do Brasil.

O Comitê avaliou os aspectos que envolvem o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de Dezembro de 2009, com ênfase nas práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco, as quais se encontram alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas pela legislação societária brasileira, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privado e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicável.

Conclusão

Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas desde sua instalação e ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2009.

São Paulo, 10 de Fevereiro de 2010.

Comitê de Auditoria
Nilson de Lima Barboza – Coordenador
Gustavo Henrique de Barroso Franco
Ricardo Matsubara



São Paulo, 08 de abril de 2010

Prezados Srs. Acionistas do Banco Daycoval S/A

**Assunto: PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
Assembleia Geral Ordinária de 2010**

Para efeito da Assembleia Geral Ordinária de 2010, apresentamos a V.Sas., nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, as informações que seguem abaixo:

- Proposta de Remuneração dos Administradores para o exercício social de 2010 no montante global anual de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) sendo o montante de até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) destinado à remuneração fixa e de até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) destinado à remuneração variável; e
- Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme Artigo 24 - Anexo 24 da Instrução CVM 480/09.

Atenciosamente,

Sasson Dayan

Presidente do Conselho de Administração



Assembleia Geral Ordinária 2010 Remuneração dos administradores Em conformidade com o item 13, Anexo 24 da Instrução CVM 480/09

Conforme faculdade prevista no artigo 67 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, não estão sendo apresentadas as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

D 13.1.a - Objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas adotadas para remuneração dos administradores do Banco Daycoval S/A (“Daycoval” ou “Banco”) têm por objetivo reconhecer os serviços prestados por estes profissionais, estimulando-os para o atingimento de resultados e criação de valor para os acionistas, assim como, visam reter os profissionais com as competências e valores requeridos, em níveis competitivos ao de mercado.

Para o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária, é adotado modelo simplificado, composto por honorário fixo mensal e eventual pagamento de gratificação, de acordo com a avaliação mediante o atingimento e superação de metas individuais e performance de resultado do Daycoval, respeitando o montante da remuneração anual global fixado pela Assembléia Geral dos Acionistas.

Em relação ao Comitê de Auditoria, a remuneração é definida pelo Conselho de Administração, conforme disposição estatutária.

D 13.1.b - Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- **Honorários:** remuneração mensal fixa praticada para os administradores do Banco. Tem por objetivo retribuir a contribuição pela atuação de cada membro, na continuidade e desenvolvimento dos negócios organizacionais sob sua responsabilidade.

- **Honorários extraordinários/Bônus:** remuneração variável que visa recompensar o atingimento e/ou superação de metas individuais e reconhecer a contribuição de cada membro na obtenção de resultados e performance alcançados pelo Banco Daycoval.



ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

- **Honorários:** definidos pelo Conselho de Administração conforme disposição estatutária.

- **Honorários extraordinários/Bônus:** de acordo com as avaliações individuais e dos resultados organizacionais alcançados.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

- **Honorários:** montante deliberado pela Assembléia Geral Ordinária – AGO.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

O Conselho de Administração define o valor do honorário mensal de cada componente, bem como aprova eventuais pagamentos de gratificação correspondente aos mesmos, conforme o desempenho individual e resultado alcançado pelo Banco, respeitando o limite fixado na Assembléia Geral Ordinária.

▮ 13.1.c - Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os Indicadores são baseados em desempenho individual, expansão dos negócios e na performance de resultados do Banco. O modelo de avaliação de desempenho da administração está baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período a partir de planejamento estratégico empresarial.

▮ 13.1.d - Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses do Daycoval, através da constante manutenção das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor para os acionistas e a continuidade dos negócios.

▮ 13.1.e - Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento aos interesses de curto e médio prazo se dá pela adoção de remuneração baseada em práticas de mercado, o que propicia a atração e retenção de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios para estes períodos. Para o longo prazo, em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2008, foi aprovada a implementação de um *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações* que tem como meta o incentivo do relacionamento de longo prazo, baseado em remuneração com ações emitidas pelo Daycoval.

▮ 13.1.f - Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.



13.1.g - Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2009	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Nº de Membros	3	4	7
Remuneração Fixa Anual	597.204,60	1.783.849,68	2.381.054,28
Honorários	564.000,00	1.680.000,00	2.244.000,00
Benefícios Diretos ou Indiretos (Assistência Médica)	33.204,60	103.849,68	137.054,28
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração Variável	420.000,00	1.469.067,52	1.889.067,52
Bônus	420.000,00	1.469.067,52	1.889.067,52
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor total por órgão	1.017.204,60	3.252.917,20	4.270.121,80

Obs - De acordo com as orientações contidas no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2010 foram adotados os seguintes critérios:

- (a) – Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples); e
- (b) – O Diretor Superintendente que acumula cargo também de Presidente do Conselho de Administração foi computado apenas no Conselho de Administração

Exercício de 2010

Para o exercício de 2010, são propostos os seguintes valores de remuneração fixa e variável, que serão baseados na avaliação do desempenho individual e performance do resultado do Daycoval:

2010	TOTAL
Remuneração Fixa Anual	10.000.000,00
Remuneração Variável Anual	5.000.000,00
Valor Total da Remuneração	15.000.000,00



13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

2009	Conselho de Administração	Diretoria	TOTAL
Nº de Membros	3	4	7
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Valor máximo previsto no plano de remuneração *	Não disponível	Não disponível	10.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Valor efetivamente reconhecido no resultado	420.000,00	1.469.067,52	1.889.067,52
Participação nos Resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-

* Valor global fixado pela AGO, abrangendo Remuneração Fixa e Variável.

2010	Conselho de Administração	Diretoria	TOTAL
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Valor máximo previsto no plano de remuneração *	Não disponível	Não disponível	5.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas forem atingidas	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Participação nos Resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas forem atingidas	-	-	-

* Valor máximo proposto pela administração à AGO, cuja distribuição será definida pelo Conselho de Administração com base na avaliação do desempenho individual e performance do resultado do Daycoval no exercício social de 2010.

13.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

13.4.a – Termos e condições gerais

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2008, foi aprovada a implementação de um *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações* ("Plano") de emissão do Banco destinado aos seus administradores, empregados e pessoas que prestem serviços ao Banco, bem como destinado aos



administradores, empregados e pessoas que prestem serviços às sociedades sob seu controle, denominados “Beneficiários”.

O Plano tem como meta o incentivo do relacionamento de longo prazo, entre o Daycoval e os Beneficiários do Plano, baseado em remuneração com ações emitidas pelo próprio Daycoval, sendo que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, existem quatro programas de opção de compra de ações em andamento, porém, somente o Primeiro Programa possui opções outorgadas a administradores.

13.4.b – Principais objetivos do plano

Os objetivos principais do Plano são:

- Estimular a expansão do Daycoval e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos que visem uma maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas do Daycoval;
- Possibilitar ao Daycoval a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas do Daycoval, nos termos, condições e formas previstos no Plano; e
- Promover o bom desempenho do Daycoval e dos interesses de seus acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus executivos, administradores e empregados.

13.4.c – Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano alinha os interesses dos acionistas e dos administradores na medida em que garante que apenas haja ganhos para os Beneficiários quando também houver ganhos para o Daycoval.

13.4.d – Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano se insere na política de remuneração do Daycoval por meio da manutenção de um nível de competitividade adequado aos negócios do Daycoval e ao contexto do mercado em que atua.

13.4.e – Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Os Beneficiários têm ciência de que a sua remuneração está atrelada ao crescimento sustentável do valor das ações do Daycoval no curto, médio e longo prazos, fator que se alinha às expectativas dos acionistas.

13.4.f – Número máximo de ações abrangidas e

13.4.g – Número máximo de opções a serem outorgadas

As Opções outorgadas no âmbito do Plano não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano, o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social subscrito e integralizado do Daycoval, a qualquer tempo.



13.4.h – Condições de aquisição de ações

As condições para aquisição das ações constantes do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações, no qual, dentre os seus beneficiários, inclui membros da administração do Daycoval, são:

Condições de aquisição de ações do Primeiro Programa:

- O exercício total das Opções pelos Beneficiários poderá ser realizado em, no mínimo 4(quatro) anos a contar da data de assinatura do respectivo Contrato de Adesão (“Período de Carência”), em parcelas assim definidas (“Período de Carência Parcial”): (i) 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da Opção ao final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre o Daycoval e cada Beneficiário; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção ao final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre o Daycoval e cada Beneficiário; e (iii) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção ao final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre o Daycoval e cada Beneficiário.
- Para o exercício da Opção, cada Beneficiário deverá comunicar ao Daycoval ou uma de suas controladas, conforme o caso, por escrito, sobre a sua decisão de exercer a Opção, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da Data de Exercício, obrigatoriamente em um mês que anteceder uma reunião do Conselho de Administração.
- O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com o Daycoval ou com qualquer de suas controladas, até a data do efetivo exercício da Opção, observadas as disposições constantes nas cláusulas de Vigência da Opção, Desligamento do Beneficiário e Falecimento ou Invalidez Permanente do Beneficiário.
- O exercício da Opção far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição das ações e celebração do respectivo contrato de subscrição de ações.
- O Beneficiário não terá qualquer direito na qualidade de acionista do Daycoval (inclusive o direito de receber dividendos), com relação a quaisquer ações abrangidas pela Opção, até que essas ações tenham sido totalmente subscritas/adquiridas e integralizadas/pagas pelo Beneficiário.
- Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício de sua Opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo Beneficiário.
- Durante o período de carência da Opção, é vedado ao Beneficiário a alienação, ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre as Opções que ainda estejam sujeitas ao Período de Carência.

13.4.i – Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço das ações a serem subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação de cada Programa e seus respectivos Regulamentos (“Preço de Aquisição”), obedecidos os princípios e regras definidos pelos Regulamentos de cada Programa.

13.4.j – Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício das opções de compra de ações pelos Beneficiários será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação de cada Programa e seus respectivos Regulamentos (“Prazo de Exercício”), obedecidos os princípios e regras definidos pelos Regulamentos de cada Programa.



13.4.k – Forma de liquidação

A aquisição das ações objeto da Opção exercida por cada Beneficiário deverá ser realizada mediante pagamento em uma única parcela, em até 15 (quinze) dias após a transferência das ações, de acordo com a forma prevista pela legislação vigente.

13.4.l – Restrições à transferência das ações

Não aplicável.

13.4.m – Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração terá total autonomia na administração e organização do Plano, dispendo, dentre outros, dos poderes necessários para:

- Tomar todas as medidas necessárias à administração do Plano, inclusive no que se refere à sua interpretação e aplicação;
- Decidir quanto às datas de outorga das Opções, o volume de Opções a ser outorgado, bem como àqueles a quem serão outorgadas dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano (“Beneficiários”);
- Deliberar sobre a emissão de novas ações da Daycoval, dentro do limite de capital autorizado, para cumprimento do estabelecido do Plano;
- Aprovar os programas de opção de compra de ações a serem realizados no âmbito do Plano (“Programas”), bem como seus regulamentos (“Regulamentos”), respectivos contratos de adesão e eventuais aditivos,;
- Prorrogar ou antecipar a data de início do exercício das Opções;
- Aditar os Regulamentos e os Contratos de Adesão para estender, caso a caso ou genericamente, o prazo final para o exercício das Opções;
- Modificar os termos e condições dos Regulamentos e dos Contratos de Adesão na medida em que os direitos dos Beneficiários decorrentes de, ou relacionados com, o Plano não sejam prejudicados, excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Conselho de Administração em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente;
- Analisar casos excepcionais relacionados ao Plano; e
- Alterar ou extinguir o Plano, caso seja do interesse do Daycoval.

13.4.n – Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na eventualidade de o Beneficiário retirar-se do Daycoval por sua única e exclusiva vontade ou, caso o Beneficiário se desligue do Daycoval por iniciativa deste, com ou sem justa causa: (i) restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções não exercíveis na data do desligamento; (ii) caberá ao mesmo o direito de, no todo ou em parte, durante o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da data do desligamento, exercer as Opções que já possam ser exercidas no momento do desligamento (“Opções Exercíveis”), mediante pagamento à vista.



13.5 – Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

	Conselho de Administração				Diretoria Estatutária				
	Ações ON	Ações PN	Bônus de subscrição Ações ON ^(*)	Cotas	Ações ON	Ações PN	Bônus de subscrição Ações ON ^(*)	Cotas	
Emissor									
Banco Daycoval S.A.		1	115.307	9.410.323	-	-	15.959.806	9.041.290	-
Controlador									
Daycoval Holding Financeira S.A.	42.786.406	8.405.053	-	-	36.074.812	45.792.533	-	-	-
Controladas Diretas									
Dayprev Vida e Previdência S.A.	-	-	-	-	450.000	-	-	-	-
A.C.S. Participações Ltda.	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Daycoval Asset Management Admin. de Recursos Ltda.	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Controladas Indiretas									
IFP Planejamento e Consult. em Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	2
SCC Ass. em Cad. e Cobr. Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	2

(*) As características da operação de emissão de bônus de subscrição de ações estão detalhadas no Item 10 - Comentários da Diretoria, subitem 10.1.d - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas, divulgado em 26 de março de 2010, no comentário sobre o "Acordo de Investimento e emissão de bônus de subscrição de ações".

13.6 – Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Com base nas práticas contábeis adotadas pelo Daycoval, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não houve reconhecimento de remuneração baseada em ações no resultado, a diretores estatutários ou membros do conselho de administração.

Com relação à remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente, dependerá do desempenho do administrador em relação à performance do Banco neste exercício.



13.7 – Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

	2009
13.7.a - Órgão	Diretoria
13.7.b - Número de membros	04
13.7.c - Em relação às opções ainda não exercíveis	
Quantidade	47.620
Data em que se tornarão exercíveis	
50% da quantidade outorgada	25/07/2010
25% da quantidade outorgada	25/07/2011
25% da quantidade outorgada	25/07/2012
Prazo máximo de exercício das opções	25/07/2018
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício	Será definido com base na média dos 30 pregões antecedentes à comunicação do exercício
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 3,0694
13.7.d - Em relação às opções exercíveis	Não aplicável

13.8 – Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.9 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

13.9.a – Modelo de precificação

Para determinar a precificação do Primeiro Programa de Opção de Compra de ações, foi utilizado o método de simulação por Monte Carlo.

13.9.b – Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco



Para a utilização do modelo mencionado no item 13.9.a, foram utilizados como premissas os seguintes fatores: (i) preço da ação na data da outorga da opção de compra de ações; (ii) para a volatilidade empregou-se o Modelo de Decaimento Exponencial; (iii) taxa de juros coletada junto a curva de swap da BM&FBOVESPA para dois, três e quatro anos, respectivamente; e (iv) deságio de trinta por cento conforme previsto no Regulamento do Programa.

13.9.c – Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

13.9.d – Forma de determinação da volatilidade esperada

Conforme citado no item 13.9.b, o modelo de volatilidade esperada utilizado foi o Modelo de Decaimento Exponencial (Modelo EWMA).

13.9.e – Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

2009	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de Membros	3	4
Remuneração Fixa Anual		
Valor da Maior Remuneração Individual	453.204,60	486.409,20
Valor da Menor Remuneração Individual	96.000,00	431.068,20
Valor Médio da Remuneração Individual	199.068,20	445.962,42
Remuneração Variável Anual		
Valor da Maior Remuneração Individual	420.000,00	420.000,00
Valor da Menor Remuneração Individual	-	209.067,52
Valor Médio da Remuneração Individual	140.000,00	367.266,88

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não aplicável.



13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

2009	Conselho de Administração	Diretoria
Remuneração Fixa	75,89%	74,98%
Remuneração Variável	100,00%	85,77%
Valor total por órgão	85,84%	79,85%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos de sociedade de controle comum e de controladas do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.

São Paulo, 08 de abril de 2010

Sasson Dayan

Presidente do Conselho de Administração